

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	10
DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	11
Demonstração do Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	18

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	54
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.485
Preferenciais	38.517
Total	87.002
Em Tesouraria	
Ordinárias	8
Preferenciais	2
Total	10

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	05/08/2011	Juros sobre Capital Próprio	23/08/2011	Ordinária		0,70411
Reunião do Conselho de Administração	05/08/2011	Juros sobre Capital Próprio	23/08/2011	Preferencial		0,77453
Reunião do Conselho de Administração	05/08/2011	Dividendo	23/08/2011	Ordinária		1,01362
Reunião do Conselho de Administração	05/08/2011	Dividendo	23/08/2011	Preferencial		1,11499

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	25.641.894	23.783.716
1.01	Ativo Circulante	10.564.366	10.838.392
1.01.01	Disponibilidades	135.783	82.391
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.008.019	3.872.110
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	2.692.070	3.451.521
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	315.949	420.589
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	220.754	1.026.946
1.01.03.01	Carteira Própria	210.377	809.265
1.01.03.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	45	210
1.01.03.04	Vinculados à Prestação de Garantias	10.332	217.471
1.01.04	Relações Interfinanceiras	320.702	238.268
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	63.229	2.320
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	250.860	230.048
1.01.04.03	Tesouro Nacional - Recursos do Crédito Rural	5.050	3.971
1.01.04.04	Repases Interfinanceiros	887	805
1.01.04.05	Correspondentes	676	1.124
1.01.05	Relações Interdependências	0	285
1.01.06	Operações de Crédito	5.062.245	4.224.164
1.01.06.01	Setor Público	62.608	58.378
1.01.06.02	Setor Privado	5.242.757	4.411.860
1.01.06.03	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-243.120	-246.074
1.01.08	Outros Créditos	1.794.621	1.380.525
1.01.08.01	Crédito por Avais e Fianças Honrados	73	8
1.01.08.02	Carteira de Câmbio	679.533	521.843
1.01.08.03	Renda a Receber	25.380	25.570
1.01.08.04	Negociação e Intermediação de Valores	100	0
1.01.08.05	Diversos	1.093.987	851.425
1.01.08.06	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-4.452	-18.321
1.01.09	Outros Valores e Bens	22.242	13.703
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	6.406	6.702
1.01.09.02	(Provisões para Desvalorizações	-1.271	-1.302
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	17.107	8.303
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	14.883.579	12.753.269
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	9.256.318	6.739.820
1.02.02.01	Carteira Própria	8.387.519	6.293.647
1.02.02.02	Vinculados a Compromisso de Recompra	663.256	437.948
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	20.815	95
1.02.02.04	Vinculados à Prestação de Garantias	184.728	8.130
1.02.03	Relações Interfinanceiras	36.633	32.474
1.02.03.01	Tesouro Nacional - Recursos do Crédito Rural	410	329
1.02.03.02	SFH - Sistema Financeiro de Habitação	32.229	27.718
1.02.03.03	Repases Interfinanceiros	3.994	4.427
1.02.05	Operações de Crédito	5.435.468	5.910.740
1.02.05.01	Setor Público	1.294.819	1.209.193
1.02.05.02	Setor Privado	4.451.256	5.036.407

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1.02.05.03	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-310.607	-334.860
1.02.07	Outros Créditos	155.160	70.235
1.02.07.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	0	12
1.02.07.02	Diversos	186.145	155.592
1.02.07.03	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-30.985	-85.369
1.03	Ativo Permanente	193.949	192.055
1.03.01	Investimentos	1.495	1.429
1.03.01.04	Outros Investimentos	6.798	6.732
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-5.303	-5.303
1.03.02	Imobilizado de Uso	190.547	188.219
1.03.02.01	Imóveis de Uso	139.275	132.615
1.03.02.02	Reavaliações de Imóveis de Uso	109.995	111.628
1.03.02.03	Outras Imobilizações de Uso	166.529	151.302
1.03.02.04	(Depreciações Acumuladas)	-225.252	-207.326
1.03.05	Diferido	1.907	2.407
1.03.05.01	Gastos de Organização e Expansão	4.920	6.096
1.03.05.02	(Amortização Acumulada)	-3.013	-3.689

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	25.641.894	23.783.716
2.01	Passivo Circulante	10.320.681	8.474.793
2.01.01	Depósitos	4.929.476	3.772.031
2.01.01.01	Depósitos à Vista	139.169	109.037
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	1.297.507	1.288.569
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	665.229	670.627
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	2.827.571	1.688.256
2.01.01.05	Outros Depósitos	0	15.542
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	623.636	460.893
2.01.02.01	Carteira Própria	531.594	372.897
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	92.042	87.996
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	133.930	2.991
2.01.03.01	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	133.930	2.991
2.01.04	Relações Interfinanceiras	40.831	22
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	40.831	22
2.01.05	Relações Interdependências	18.352	30.330
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	17.998	30.330
2.01.05.02	Transferência Interna de Recursos	354	0
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	896.361	461.822
2.01.06.01	Empréstimos no País - Instituições Oficiais	16.807	15.219
2.01.06.02	Empréstimo no Exterior	879.554	446.603
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	182.065	289.427
2.01.07.01	Tesouro Nacional	207	192
2.01.07.02	BNDES	172.633	166.206
2.01.07.03	FINAME	9.225	3.921
2.01.07.04	Outras Instituições	0	119.108
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	81.749	66.808
2.01.09	Outras Obrigações	3.414.281	3.390.469
2.01.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	7.542	12.118
2.01.09.02	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	39.109	5.604
2.01.09.03	Carteira de Câmbio	17.867	16.601
2.01.09.04	Sociais e Estatutárias	47.852	130.687
2.01.09.05	Fiscais e Previdenciárias	402.384	493.132
2.01.09.06	Negociação e Intermediação de Valores	0	7
2.01.09.07	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	948.606	1.011.809
2.01.09.08	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	51.422	1.647
2.01.09.09	Diversas	1.899.499	1.718.864
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	12.910.420	13.131.569
2.02.01	Depósitos	3.886.647	4.737.550
2.02.01.01	Depósitos à Vista	20.937	25.082
2.02.01.02	Depósitos Interfinanceiros	3.301	13.501
2.02.01.03	Depósitos a Prazo	3.862.409	4.698.967
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	129.408	63.396
2.02.02.01	Carteira Própria	129.408	63.396
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	557.481	482.496
2.02.03.01	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	557.481	482.496

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	31.826	45.656
2.02.06.01	Empréstimos no País - Instituições Oficiais	31.826	45.656
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	1.071.352	1.397.349
2.02.07.01	Tesouro Nacional	809	894
2.02.07.02	BNDES	954.942	767.054
2.02.07.03	FINAME	115.601	48.938
2.02.07.04	Outras Instituições	0	580.463
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	770.932	662.357
2.02.09	Outras Obrigações	6.462.774	5.742.765
2.02.09.01	Instrumentos Financeiros e Derivativos	10.599	46.020
2.02.09.02	Fundo Financeiros e de Desenvolvimento	3.333.452	2.734.366
2.02.09.03	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	1.051.746	1.002.519
2.02.09.04	Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	1.186.838	1.101.848
2.02.09.05	Diversas	880.139	858.012
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	16	16
2.05	Patrimônio Líquido	2.410.777	2.177.338
2.05.01	Capital Social Realizado	2.009.616	1.850.616
2.05.01.01	De Domiciliados no País	2.010.000	1.851.000
2.05.01.03	(Ações em Tesouraria)	-384	-384
2.05.03	Reservas de Reavaliação	25.781	28.064
2.05.03.01	Ativos Próprios	25.781	28.064
2.05.04	Reservas de Lucro	268.346	248.528
2.05.04.01	Legal	103.930	88.896
2.05.04.02	Estatutária	164.416	159.632
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	20.287	50.130
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	20.287	50.130
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	86.747	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	1.131.422	2.565.559	613.690	1.746.487
3.01.01	Operações de Crédito	572.574	1.355.836	368.231	1.063.505
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	367.940	1.015.929	240.122	618.158
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	69.208	29.041	-6.102	-11.754
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	113.963	148.619	7.663	62.527
3.01.05	Resultado Aplicações Compulsórias	7.737	16.134	3.776	14.051
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-800.090	-1.604.545	-366.040	-1.034.096
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-372.950	-799.464	-163.534	-415.528
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-419.911	-692.867	-111.528	-349.305
3.02.03	(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	-7.229	-112.214	-90.978	-269.263
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	331.332	961.014	247.650	712.391
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-98.711	-253.591	-126.169	-331.165
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	342.499	988.331	283.742	884.296
3.04.02	Despesas de Pessoal	-250.486	-735.140	-253.068	-712.044
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-207.516	-569.406	-157.756	-462.299
3.04.04	Despesas Tributárias	-45.795	-138.168	-41.994	-122.506
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	275.408	865.938	258.001	658.010
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-212.821	-665.146	-215.094	-576.622
3.05	Resultado Operacional	232.621	707.423	121.481	381.226
3.06	Resultado Não Operacional	203	-533	535	2.003
3.06.01	Receitas	892	3.023	855	2.586
3.06.02	Despesas	-689	-3.556	-320	-583
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	232.824	706.890	122.016	383.229
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-45.355	-209.519	-66.212	-245.356
3.09	IR Diferido	-45.898	-29.938	15.692	53.748
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-22.468	-47.637	0	-10.070
3.10.01	Participações	-22.468	-47.637	0	-10.070
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	119.103	419.796	71.496	181.551

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	844.088	593.599
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	431.715	461.206
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	419.796	181.551
6.01.01.02	Despesa de Depreciação e Amortização	20.395	19.065
6.01.01.04	Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	18	18
6.01.01.05	Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	112.214	269.263
6.01.01.06	Passivo Contingente	-120.388	-7.859
6.01.01.07	Aplicação no Diferido	-320	-838
6.01.01.08	Resultado de Exercícios Futuros	0	6
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	412.373	132.393
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-22.383	12.483
6.01.02.02	Relações Interfinanceiras e Interdependência	-57.477	-60.596
6.01.02.03	Operações de Crédito	-519.181	-918.729
6.01.02.04	Outros Créditos	-483.311	-177.623
6.01.02.05	Outros Valores e Bens	-8.851	-1.394
6.01.02.06	Depósitos	306.542	1.095.357
6.01.02.07	Captação no Mercado Aberto	228.755	88.820
6.01.02.08	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	205.923	0
6.01.02.09	Obrigações por Empréstimos e Repasses	110.866	-74.891
6.01.02.10	Instrumentos Financeiros Derivativos	-39.997	-509
6.01.02.11	Outras Obrigações	663.508	147.972
6.01.02.12	Reserva de Reavaliação	-469	0
6.01.02.15	Imposto de Renda e Contribuição Social	28.448	21.503
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.843.356	-1.272.902
6.02.01	Títulos Valores Mobiliários - Disponíveis para Venda	-1.821.682	-1.261.195
6.02.02	Inversões de Investimentos	-60	-19
6.02.03	Inversões de Imobilizado de Uso	-22.773	-10.954
6.02.04	Inversões em Bens Não de Uso Próprio	-615	-922
6.02.05	Alienação em Investimentos	-6	0
6.02.06	Alienação de Imobilizado de Uso	872	10
6.02.07	Alienação em Bens Não de Uso Próprio	908	178
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	84.653	243.727
6.03.01	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-99.339	-209.624
6.03.03	Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	84.990	427.510
6.03.04	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	99.002	25.841
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-914.615	-435.576
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.869.499	3.877.919
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.954.884	3.442.343

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.851.000	0	28.064	248.528	0	49.746	2.177.338
5.03	Saldo Ajustado	1.851.000	0	28.064	248.528	0	49.746	2.177.338
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	419.796	0	419.796
5.05	Destinações	0	0	0	178.818	-334.863	0	-156.045
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-92.081	0	-92.081
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	32.957	-96.921	0	-63.964
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	145.861	-145.861	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	15.035	-15.035	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	130.826	-130.826	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-2.283	0	1.814	-29.843	-30.312
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-29.843	-29.843
5.07.05	Realização da Reserva	0	0	-2.283	0	1.814	0	-469
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	159.000	0	0	-159.000	0	0	0
5.08.01	Transferência para Aumento de Capital	159.000	0	0	-159.000	0	0	0
5.13	Saldo Final	2.010.000	0	25.781	268.346	86.747	19.903	2.410.777

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.652.000	502	30.501	271.976	0	117.746	2.072.725
5.03	Saldo Ajustado	1.652.000	502	30.501	271.976	0	117.746	2.072.725
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	181.551	0	181.551
5.05	Destinações	0	0	0	53.207	-111.273	0	-58.066
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-58.066	0	-58.066
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	53.207	-53.207	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	5.503	-5.503	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	47.704	-47.704	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-1.827	0	1.827	-73.069	-73.069
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-73.069	-73.069
5.07.05	Realização da Reserva	0	0	-1.827	0	1.827	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	198.000	0	0	-198.000	0	0	0
5.08.01	Transferência para Aumento de Capital	198.000	0	0	-198.000	0	0	0
5.13	Saldo Final	1.850.000	502	28.674	127.183	72.105	44.677	2.123.141

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	3.611.997	2.498.658
7.01.01	Intermediação Financeira	2.565.559	1.746.487
7.01.02	Prestação de Serviços	988.331	884.296
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-112.214	-269.263
7.01.04	Outras	170.321	137.138
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.492.331	-764.833
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-523.938	-421.058
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-185.713	-180.429
7.03.02	Serviços de Terceiros	-338.225	-240.629
7.04	Valor Adicionado Bruto	1.595.728	1.312.767
7.05	Retenções	-20.395	-19.065
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-20.395	-19.065
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.575.333	1.293.702
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.575.333	1.293.702
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	1.575.333	1.293.702
7.09.01	Pessoal	688.829	642.494
7.09.01.01	Remuneração Direta	489.079	378.744
7.09.01.02	Benefícios	166.239	235.281
7.09.01.03	F.G.T.S.	33.511	28.469
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	441.634	447.483
7.09.02.01	Federais	430.660	436.406
7.09.02.02	Estaduais	13	23
7.09.02.03	Municipais	10.961	11.054
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	25.074	22.175
7.09.03.01	Aluguéis	25.074	22.175
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	419.796	181.550
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	63.964	58.067
7.09.04.02	Dividendos	92.081	0
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	263.751	123.483

Comentário do Desempenho

INTRODUÇÃO

No terceiro trimestre de 2011, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) contratou o valor de R\$ 5,5 bilhões, envolvendo 839.509 operações de empréstimos, financiamentos e mercado de capitais, apresentando crescimento de 26,8% na quantidade e redução de 2,5% no valor em relação ao terceiro trimestre de 2010. Já com relação ao período janeiro-setembro do ano de 2011, foram contratadas 2.339.767 operações de empréstimos, financiamentos e mercado de capitais no montante de R\$ 15,0 bilhões, com crescimento de 27,1% na quantidade e 6,4% no valor contratado em comparação com igual período de 2010. Dessa maneira, o BNB vem buscando atingir ao longo do ano de 2011 o objetivo estratégico de apoiar o agente produtivo regional em todas as suas necessidades de crédito, tanto de financiamentos de longo prazo quanto de empréstimos de curto prazo, utilizando recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e de outras fontes à sua disposição, sempre priorizando o agricultor familiar, o mini e pequeno produtor rural, o micro e pequeno empresário urbano e o microempreendedor informal.

AÇÕES VOLTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO

Disponibilidade de R\$ 1,3 bilhão para o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) atender a agricultura familiar na safra 2011/2012 – Em 12 de julho de 2011 foi lançado pela presidenta Dilma Rousseff o Plano Safra da Agricultura Familiar 2011/2012 no município de Francisco Beltrão (PR), com a previsão de recursos da ordem de R\$ 16 bilhões para agricultores familiares de todo o país. Especificamente com relação à região Nordeste e ao norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, área de atuação do BNB, foi disponibilizado o montante de R\$ 1,3 bilhão para demandas de investimento, custeio e comercialização dos agricultores familiares. Uma das novidades do Plano Safra da Agricultura Familiar 2011/2012 é a redução da taxa de juros (que chegava até 5% a.a.) para, no máximo, 2% a.a. em operações com valores entre R\$ 10 mil e R\$ 130 mil. Contratos inferiores a R\$ 10 mil terão juros ainda menores, de 1% a.a., com prazo máximo de pagamento de até 10 anos. Outra mudança é a elevação do teto de financiamento do Pronaf B, operacionalizado pelo programa de microcrédito produtivo orientado do BNB para o meio rural, o Agroamigo. Para esses financiamentos, voltados para agricultores com renda de até R\$ 6 mil anuais, o limite passa de R\$ 2 mil para R\$ 2,5 mil por operação. Vale registrar que existem ainda outros programas importantes para os agricultores familiares, a exemplo do Programa de Garantia de Preços e do Programa de Aquisição de alimentos, os quais diminuem o risco de crédito e potencializam os financiamentos.

Assinatura de convênio entre o BNB e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para construção de cisternas – Em 25 de julho de 2011 foi celebrado Convênio entre o BNB e o MDS em Arapiraca (AL), por ocasião de programação da presidenta Dilma Rousseff no estado de Alagoas. O Convênio permitirá a construção de 25 mil cisternas no semiárido brasileiro. O acordo também prevê capacitação dos agricultores e repasse de R\$ 2,4 mil por família para custeio da pequena produção agrícola. A iniciativa é parte da estratégia do programa “Brasil Sem Miséria”. Pelo convênio, a construção das cisternas será efetivada por unidades executoras estaduais e locais, cuja seleção, contratação, supervisão e fiscalização ficarão a cargo do BNB. O MDS indicará as famílias do semiárido brasileiro a serem contempladas pelas cisternas de placa. O Programa Cisternas é executado sob a forma de transferência de recursos, repassados pelo MDS. Ele se destina às famílias rurais do semiárido brasileiro com perfil de elegibilidade ao Programa Bolsa Família.

Comentário do Desempenho

Por meio de termo de parceria com a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) e convênios com governos estaduais e municipais, o Programa vem apoiando a construção de cisternas familiares, a mobilização e capacitação de famílias rurais para gerir recursos hídricos e sua formação para a convivência com o semiárido. Uma das estratégias do MDS para acelerar a construção de cisternas e atingir a meta de um milhão de unidades construídas consiste na busca por novos arranjos institucionais, iniciativa esta que prevê a seleção de instituições parceiras, a exemplo do BNB. A cisterna de placas é uma tecnologia social de baixo custo, já utilizada na região do semiárido brasileiro para captar e armazenar água da chuva.

Realização de reunião entre o BNB e a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf) para negociação de parceria - Em 1º de agosto de 2011 foi realizada em Fortaleza reunião entre o BNB e a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf), com a participação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a fim de negociar parceria em ações voltadas à agricultura familiar por meio do Agroamigo, programa de microcrédito produtivo orientado do BNB para o meio rural, e do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Na ocasião, além de negociadas parcerias para a agricultura familiar na região do semiárido nordestino, foram discutidos pontos ligados à capacitação de jovens e ao endividamento dos agricultores familiares. Durante a reunião, a comissão da Fetraf pediu o apoio do Banco para o projeto de levar água, para consumo e produção, às regiões semiáridas e para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, além da ampliação do crédito e da assessoria na elaboração de projetos de crédito. O Diretor de Gestão do Desenvolvimento do BNB considerou a possibilidade de aderir ao projeto, depois de feito um planejamento executivo e de ouvidos outros parceiros do Banco, como o MDS e o DNOCS. Foi enfatizado também pelo representante do Banco que as ações do Pronaf precisam de outros interlocutores para atingir o mesmo nível de qualidade do Agroamigo. Como resultado do encontro, o BNB assumiu os seguintes compromissos: capacitar técnicos para atuar junto aos agricultores familiares com foco no Pronaf Jovem; e discutir convênio com o MDS para a construção de cisternas em parceria com a Fetraf.

Programas de microcrédito do BNB são apresentados à comitiva internacional formada por instituições financeiras da América Latina – Em 13 de setembro de 2011 clientes do Agroamigo, programa de microcrédito produtivo orientado do BNB para a área rural, do município de Guaiúba (CE), e do Crediamigo, programa de microcrédito do BNB para a área urbana, do município de Maracanaú (CE), receberam visita de comitiva formada por representantes de diversas instituições financeiras da América Latina (Guatemala, México, Paraguai, Peru, Argentina, Chile, Bolívia e Equador) e da África (Moçambique). A visita integra a programação da *Ruta de Aprendizaje*, evento organizado pela *Corporación Procasur* (Chile) e *Instituto de Estudios Peruanos*, com apoio do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e Fundação Ford. A ideia do encontro é possibilitar que essas instituições conheçam a experiência de sucesso do Crediamigo e do Agroamigo, implementando ou melhorando programas semelhantes em seus países. Para isso, o grupo – formado por cerca de 20 convidados entre gestores de instituições bancárias, de órgãos governamentais e de instituições ligadas a microfinanças – assistiu a apresentações sobre o funcionamento dos dois programas, tirando dúvidas com a equipe de funcionários do BNB. Os convidados conheceram, além dos clientes, um Ponto de Atendimento e uma Agência do Crediamigo. A *Ruta de Aprendizaje* é uma metodologia de capacitação de caráter vivencial, que contempla espaços de intercâmbio, análises e reflexão em um processo contínuo de formação. Propõe-se a conhecer estratégias mediante as quais bancos de desenvolvimento

Comentário do Desempenho

conseguem atender, de maneira efetiva, os pequenos agricultores e a população rural de baixa renda com serviços e produtos inovadores.

FATOS ADMINISTRATIVOS

Realização do XVII Fórum BNB de Desenvolvimento e do XVI Encontro Regional de Economia – Nos dias 18 e 19 de julho de 2011 foram realizados o XVII Fórum BNB de Desenvolvimento e o XVI Encontro Regional de Economia no Centro Administrativo do BNB em Fortaleza (CE). Os eventos tiveram como tema principal o crescimento econômico e a redução da pobreza e marcaram as comemorações do 59º aniversário do Banco, tendo sido realizados em parceria com a Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec). Participaram dos encontros estudantes, professores, economistas, representantes da classe política e empresarial, bem como entidades que atuam em prol do desenvolvimento. Da programação constaram painéis sobre questões relevantes como “O Financiamento aos Pequenos Negócios como Estratégia de Desenvolvimento” e “Os Aspectos da Globalização nas relações econômicas do Atlântico Sul e seu impacto no Desenvolvimento Regional”.

Promoção de curso básico para formação de assessores coordenadores de microcrédito rural do Agroamigo – Na primeira semana de agosto de 2011 o BNB promoveu, em parceria com o Instituto Nordeste Cidadania (Inec), que é uma organização da sociedade civil de interesse público (Oscip), curso básico para formação de assessores coordenadores de microcrédito rural do Agroamigo em Fortaleza (CE). Participaram do curso colaboradores de todos os estados da área de atuação do Banco. Os assessores são preparados para atender o público do programa Agroamigo, bem como recebem treinamento com direcionamentos estratégicos para o estabelecimento de ações que visem assegurar a qualidade e a padronização dos processos e procedimentos para o cumprimento das metas do programa. Até o final de 2011 serão concluídas 10 turmas de treinamento, sendo 2 de coordenadores e 8 de assessores de microcrédito rural.

Realização do curso “Perspectivas de Gestão e Análise de Crédito para MPEs” – Na semana de 22 a 26 de agosto de 2011 o BNB realizou o curso “Perspectivas de Gestão e Análise de Crédito para MPEs” no Centro de Treinamento em Fortaleza (CE). Voltado prioritariamente para gerentes de negócios, o curso objetivou qualificar o atendimento e assegurar a padronização dos procedimentos relacionados à carteira de Micro e Pequenas Empresas. No curso, os participantes foram informados sobre perspectivas para o segmento de MPEs com base em estatísticas do Sebrae e do IBGE. Além disso, conheceram ferramentas de gestão e análise de crédito e aprenderam sobre necessidade de capital de giro e fluxo de caixa. O ponto alto do treinamento foram as dinâmicas e jogos empresariais aplicados, nos quais os participantes puderam simular o dia a dia de negócios do empresário. Participaram do curso 32 colaboradores.

Promoção do Encontro de Administradores do BNB 2011 – Nos dias 15 e 16 de setembro de 2011 foi promovido o VII Encontro de Administradores do BNB em hotel localizado a 33 km do município de Fortaleza (CE), com a participação de mais de 400 gestores. O evento centralizou as discussões em torno do tema “O BNB e os novos desafios do Nordeste e do Brasil”. Para alinhar a forma de atuação dos gestores principais do BNB, a programação do evento incluiu discussões sobre as estratégias corporativas para o próximo quadriênio, debates sobre o Programa de Ação e palestras abordando assuntos relacionados à gestão de pessoas e macroeconomia. Visando promover o alinhamento estratégico entre os gestores, a pauta do Encontro focou nas

Comentário do Desempenho

temáticas que permeiam assuntos como fortalecimento das MPEs, financiamento à agricultura familiar e apoio às cadeias geradoras de emprego e renda, prioritariamente as localizadas no semiárido. O Encontro de Administradores 2011 foi marcado pela intensa participação e pela discussão franca entre os gerentes das unidades, superintendentes e a Diretoria do Banco. Nos painéis de debates ocorridos nos dois dias foram discutidas estratégias, melhoria de processos e ouvidas democraticamente críticas e sugestões. Houve espaço para que se discutisse a questão do suprimento de pessoal nas agências, diminuição do tempo de concessão de crédito, aprimoramento das Centrais de Retaguarda Operacional, concessão de limites de crédito e assuntos relacionados à Tecnologia da Informação. Todos os temas foram debatidos e muitas das propostas serviram de reflexão para a melhoria dos processos. Entre as diretrizes mais relevantes repassadas ao corpo de gestores, destaca-se aquela que diz respeito à necessidade de o Banco alinhar-se cada vez mais às políticas públicas do Governo Federal voltadas prioritariamente ao apoio à micro e pequena empresa (MPE), ao empreendedor individual (EI) e ao agricultor familiar, principalmente do Nordeste, região que será foco de ação do programa “Brasil Sem Miséria”.

DESEMPENHO OPERACIONAL

O BNB contratou o valor de R\$ 5,5 bilhões no terceiro trimestre de 2011, envolvendo 839.509 operações de empréstimos, financiamentos e mercado de capitais, apresentando crescimento de 26,8% na quantidade e redução de 2,5% no valor em relação ao terceiro trimestre de 2010. Já com relação ao período janeiro-setembro do ano de 2011, foram contratadas 2.339.767 operações de empréstimos, financiamentos e mercado de capitais, quantidade 27,1% superior à contratada em igual período de 2010, no montante de R\$ 15,0 bilhões, valor 6,4% superior ao contratado no período janeiro-setembro de 2010.

Os recursos envolvidos em operações de crédito de longo prazo foram, em sua maioria, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). No terceiro trimestre de 2011, foi contratado o montante de aproximadamente R\$ 2,9 bilhões com recursos do Fundo, tendo sido realizadas 118.490 operações, o que significa um crescimento de 2,4% no valor contratado e de 14,9% na quantidade de operações em relação ao mesmo período de 2010. No período janeiro-setembro de 2011, o BNB contratou o valor de aproximadamente R\$ 7,3 bilhões com recursos do FNE, valor 6,6% superior ao contratado no período janeiro-setembro de 2010, para um total de 328.884 operações de crédito, quantidade 14,7% superior àquela contratada em igual período de 2010.

Por meio de seu programa de microcrédito produtivo orientado urbano, o Crediamigo, o BNB desembolsou R\$ 718,9 milhões, contratando 569.528 operações no terceiro trimestre de 2011, em apoio aos microempreendedores de toda a sua área de atuação. No terceiro trimestre de 2010, foi desembolsado o valor de R\$ 514,7 milhões, com a contratação de 411.886 operações. Comparando-se os dois períodos, o BNB apresentou um crescimento de 39,7% no valor desembolsado e de 38,3% na quantidade de operações. No período janeiro-setembro de 2011, o BNB desembolsou o valor de aproximadamente R\$ 2,0 bilhões no âmbito do Crediamigo, contratando 1.575.713 operações, representando um crescimento de 40,6% no valor desembolsado e de 38,0% na quantidade de operações com relação a igual período de 2010.

Já no que se refere ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf, o BNB contratou 109.841 operações de financiamento envolvendo recursos da

Comentário do Desempenho

ordem de R\$ 375,1 milhões no terceiro trimestre de 2011, o que representa um crescimento de 34,1% no valor contratado e de 15,9% na quantidade de operações com relação ao terceiro trimestre de 2010. Quanto ao período janeiro-setembro de 2011, o BNB contratou R\$ 974,5 milhões no Pronaf, por meio de 303.764 operações de financiamento, significando um crescimento de 30,0% no valor contratado e de 15,4% na quantidade de operações com relação ao mesmo período de 2010.

Cumprir registrar que, dentro do Pronaf, o BNB opera o Agroamigo, programa de microcrédito produtivo e orientado para a área rural, tendo sido contratado o valor de R\$ 225,1 milhões no terceiro trimestre de 2011, com 100.385 operações realizadas com agricultores familiares, representando um crescimento de 43,9% no valor e de 16,5% na quantidade de operações relativamente a igual período de 2010. Com referência ao período janeiro-setembro de 2011, o BNB contratou 273.677 operações do Agroamigo no montante de R\$ 552,4 milhões, com um crescimento de 29,8% no valor e de 15,5% na quantidade comparativamente a idêntico período de 2010.

Com relação ao programa de microcrédito produtivo orientado do BNB como um todo, envolvendo o Crediamigo, para a área urbana, e o Agroamigo, para a área rural, foi desembolsado o montante de R\$ 944,0 milhões no terceiro trimestre de 2011, contratando 669.913 operações em apoio aos microempreendedores das zonas urbana e rural de toda a sua área de atuação, com um crescimento de 40,7% no valor desembolsado e de 34,5% na quantidade de operações comparativamente a igual período de 2010. No período janeiro-setembro de 2011, o BNB desembolsou o valor de R\$ 2,5 bilhões no conjunto dos programas Crediamigo e Agroamigo, contratando 1.849.390 operações, representando um crescimento de 38,1% no valor desembolsado e de 34,1% na quantidade de operações com relação ao mesmo período de 2010.

No tocante ao apoio às micro e pequenas empresas, o BNB contratou 28.731 operações de financiamento no montante de R\$ 689,9 milhões ao longo do terceiro trimestre de 2011, representando um crescimento de 8,4% no valor contratado e de 10,4% na quantidade de operações com relação ao terceiro trimestre de 2010. No período janeiro-setembro de 2011, o BNB contratou R\$ 1,9 bilhão para um total de 81.578 operações de financiamento realizadas com as micro e pequenas empresas, o que significa um crescimento de 18,5% no valor contratado e de 14,0% na quantidade de operações em comparação com o período janeiro-setembro de 2010.

Quanto ao resultado financeiro, o BNB registrou lucro líquido de R\$ 119,1 milhões no terceiro trimestre de 2011, valor 66,6% superior ao verificado em igual período de 2010, que foi de R\$ 71,5 milhões. No período janeiro-setembro de 2011, o lucro líquido do BNB foi de R\$ 419,8 milhões, valor 131,2% superior ao auferido no mesmo período de 2010, que foi de R\$ 181,6 milhões.

INSTRUÇÃO CVM Nº 381, DE 14.01.2003

Em referência à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários CVM nº 381/03, de 14.01.2003, o BNB informa que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, contratada como Auditoria Externa, não prestou, no terceiro trimestre de 2011, quaisquer serviços que não fossem de auditoria externa.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
Trimestres findos em 30 de Setembro de 2011 e de 2010**Índice das Notas Explicativas**

Nota 1- O Banco e suas Características	Nota 16- Outras Obrigações
Nota 2- Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 17- Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 18- Dívidas Subordinadas
Nota 4- Informações por Segmento	Nota 19- Patrimônio Líquido
Nota 5 - Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 20- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 6- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 21- Impostos e Contribuições
Nota 7- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	Nota 22- Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 8- Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Nota 23- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 9- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	Nota 24- Benefícios a Empregados
Nota 10- Outros Créditos	Nota 25- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste-FNE
Nota 11- Carteira de Câmbio	Nota 26- Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT
Nota 12- Permanente	Nota 27- Gerenciamento de Risco e Índice de Basiléia
Nota 13- Depósitos e Captações no Mercado Aberto	Nota 28 - Partes Relacionadas
Nota 14- Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 29- Outras Informações
Nota 15- Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A., pessoa jurídica de direito privado, é uma instituição financeira pública de caráter regional, criada pela Lei Federal Nº 1.649, de 19.07.1952. Organizado sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, de economia mista, tem por missão atuar, na capacidade de instituição financeira pública, como agente catalisador do desenvolvimento sustentável do Nordeste, integrando-o na dinâmica da economia nacional. Classificado como banco múltiplo, o Banco do Nordeste está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras assim classificadas, exceto a carteira de crédito imobiliário. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, o Banco do Nordeste atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos utilizada pelo Banco para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), este último criado em 2001 e alterado em 2007 pela Lei Complementar Nº 125 que recriou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. Em 1998, o Banco criou seu Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Crediamigo que facilita o acesso ao crédito a milhares de pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas bem como parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis Nºs 11.638 e 11.941, de respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional - CMN, Banco Central do Brasil – BACEN e Comissão de Valores Mobiliários – CVM e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional como também os aprovados pela CVM que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco, conforme abaixo:

- CPC-01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução Nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC-03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução Nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC-05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução Nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC-24 – Eventos Subsequentes (Resolução Nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC-25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (Resolução Nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN); e
- CPC-33 – Benefícios a Empregados (Deliberação CVM Nº 600, de 7.10.2009).

Notas Explicativas

NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência, destacando-se o seguinte:

- a.1) os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incidentes sobre os ativos e passivos são apropriados *pro rata* dia;
- a.2) as provisões, inclusive os encargos sobre férias, licença-prêmio e 13º salário, são reconhecidos por competência mensal, segundo o período incorrido; e
- a.3) são considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

b) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, valendo evidenciar que os recursos disponíveis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE são classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários foram registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido;

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

A atuação do Banco do Nordeste no mercado de derivativos restringe-se a operações de "swap", exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas, quando necessário.

As operações de "swap" são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços e as valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas.

No cálculo do valor de mercado das operações de "swap" são utilizadas as taxas divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

g) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN Nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Notas Explicativas

h) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes.

i) Permanente

Investimentos estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Sistemas de Processamento de Dados e Veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%. Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação.

Diferido contempla os gastos com imóveis de terceiros e aquisição e desenvolvimento de logiciários adquiridos até 30.09.2008 e está retificado pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual de 20%.

A Resolução CMN N° 3.617, de 30.09.2008, determina que os saldos existentes no Ativo Imobilizado e no Ativo Diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução, que tenham sido registrados com base em disposições normativas anteriores, devem ser mantidos até a sua efetiva baixa.

j) Imposto de Renda, Contribuição Social, PASEP e COFINS

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre provisões para operações de crédito e liquidação duvidosa e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico realizado semestralmente.

O PIS/Pasep e a COFINS são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

k) Benefícios a Empregados

O Banco mantém para seus empregados benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável” e plano de assistência médica, do tipo “benefício definido”.

A política adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, a partir de dezembro de 2010, segue a prerrogativa contida no item 93 do Anexo da Deliberação CVM N° 600, ou seja, é reconhecida imediatamente, como receita ou despesa. A política anteriormente adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais seguia o disposto nos itens 52 a 55 do Anexo da Deliberação CVM N° 371, ou seja, reconhecia a parcela dos ganhos ou perdas atuariais que excedia o maior valor entre: 10% do valor presente da obrigação atuarial do benefício definido e 10% do valor justo dos ativos do plano. Os efeitos da adoção inicial da Deliberação CVM N° 600, a partir de 01.01.2009, foram reconhecidos integralmente nas demonstrações encerradas em 31.12.2010.

l) Avaliação do Valor Recuperável

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

m) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN N° 3.823, de 16.12.2009.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representadas pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro passivo exigível.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

Notas Explicativas

n) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável, outras provisões e cálculo de provisões técnicas de plano de assistência médica e planos de previdência complementar. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

NOTA 4 – Informações por Segmento em R\$ Mil

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

- Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e
- FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE e a prestação de serviços de administração dessa carteira.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *performance* de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo atingiu 10% ou mais da receita total do Banco em 30.09.2011 e 30.09.2010.

A tabela a seguir, disposta em formato utilizado pela administração do Banco, apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna “Total”, em R\$ Mil:

Especificação	01.07.2011 à 30.09.2011			01.01.2011 à 30.09.2011		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
Receitas	1.039.307	367.726	1.407.033	2.389.441	1.041.523	3.430.964
Receitas de Operações de Crédito	572.574	-	572.574	1.355.836	-	1.355.836
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	210.753	157.187	367.940	581.094	434.835	1.015.929
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	69.208	-	69.208	29.041	-	29.041
Resultado de Operações de Câmbio	113.963	-	113.963	148.619	-	148.619
Resultado de Aplicações Compulsórias	7.737	-	7.737	16.134	-	16.134
Outras Receitas	65.072	210.539	275.611	258.717	606.688	865.405
Despesas	(650.158)	(230.046)	(880.204)	(1.189.779)	(673.856)	(1.863.635)
Despesas de captação no mercado	(372.950)	-	(372.950)	(799.464)	-	(799.464)
Despesas com operações de empréstimos e repasses	(269.979)	(149.932)	(419.911)	(278.101)	(414.766)	(692.867)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.229)	(80.078)	(87.307)	(112.214)	(258.953)	(371.167)
Provisão Proagro a Receber	-	(36)	(36)	-	(137)	(137)
Margem Financeira	389.149	137.680	526.829	1.199.662	367.667	1.567.329
Rendas de Prestação de Serviços	60.793	273.388	334.181	176.362	794.216	970.578
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	8.318	-	8.318	17.753	-	17.753
Pasep e Cofins	(17.824)	(23.635)	(41.459)	(58.187)	(68.324)	(126.511)
Resultado após tarifas e comissões	440.436	387.433	827.869	1.335.590	1.093.559	2.429.149

Notas Explicativas

Despesas Administrativas		(458.002)		(1.304.546)
Despesas de pessoal		(250.486)		(735.140)
Depreciação e Amortização		(7.001)		(20.395)
Outras despesas administrativas		(200.515)		(549.011)
Outras Despesas		(129.780)		(369.414)
Despesas de provisões, exceto crédito		(7.263)		(48.299)
Lucro antes da tributação e participações		232.824		706.890
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro		(91.253)		(239.457)
Participações no lucro		(22.468)		(47.637)
Lucro Líquido		119.103		419.796

Especificação	01.07.2010 à 30.09.2010			01.01.2010 à 30.09.2010		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
Receitas	577.450	294.775	872.225	1.608.958	797.541	2.406.499
Receitas de Operações de Crédito	368.231	-	368.231	1.063.505	-	1.063.505
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	123.415	116.707	240.122	323.008	295.150	618.158
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	(6.102)	-	(6.102)	(11.754)	-	(11.754)
Resultado de Operações de Câmbio	7.663	-	7.663	62.527	-	62.527
Resultado de Aplicações Compulsórias	3.776	-	3.776	14.051	-	14.051
Outras Receitas	80.467	178.068	258.535	157.621	502.391	660.012
Despesas	(254.690)	(221.423)	(476.113)	(752.495)	(631.769)	(1.384.264)
Despesas de captação no mercado	(163.534)	-	(163.534)	(415.528)	-	(415.528)
Despesas com operações de empréstimos e repasses	(178)	(111.350)	(111.528)	(67.704)	(281.601)	(349.305)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(90.978)	(110.060)	(201.038)	(269.263)	(346.475)	(615.738)
Provisão Proagro a Receber	-	(13)	(13)	-	(3.693)	(3.693)
Margem Financeira	322.760	73.352	396.112	856.463	165.772	1.022.235
Rendas de Prestação de Serviços	82.956	197.448	280.404	236.477	638.341	874.818
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	3.338	-	3.338	9.478	-	9.478
Pasep e Cofins	(18.518)	(18.912)	(37.430)	(54.673)	(56.155)	(110.828)
Resultado após tarifas e comissões	390.536	251.888	642.424	1.047.745	747.958	1.795.703
Despesas Administrativas			(410.824)			(1.174.343)
Despesas de pessoal			(253.068)			(712.044)
Depreciação e Amortização			(6.349)			(19.065)
Outras despesas administrativas			(151.407)			(443.234)
Outras Despesas			(99.182)			(206.896)
Despesas de provisões, exceto crédito			(10.402)			(31.236)

Notas Explicativas

Lucro antes da tributação e participações	122.016	383.229
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(50.520)	(191.608)
Participações no lucro	-	(10.070)
Lucro Líquido	71.496	181.551

NOTA 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa em R\$ Mil

As aplicações em Títulos e Valores Mobiliários e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez referem-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação é igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

Especificação	30.09.2011	31.12.2010
Disponibilidades em moeda nacional	84.499	80.923
Disponibilidades em moeda estrangeira	51.284	1.468
Total da Disponibilidade de Caixa	135.783	82.391
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	6.801	88.333
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.812.300	3.698.775
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.954.884	3.869.499

NOTA 6 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez em R\$ Mil

a) Composição

Especificação	30.09.2011	31.12.2010
a) Aplicações no Mercado Aberto	2.692.070	3.451.521
Revendas a Liquidar-Posição Bancada	2.600.028	3.363.525
Revendas a Liquidar-Posição Financiada	92.042	87.996
b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	315.949	420.589
Aplicações em Moeda Estrangeira	-	13.475
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	315.949	407.114
TOTAL	3.008.019	3.872.110
SALDO DE CURTO PRAZO	3.008.019	3.872.110

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez em R\$ Mil

Especificação	01.07.2011 à 30.09.2011	01.01.2011 à 30.09.2011	01.07.2010 à 30.09.2010	01.01.2010 à 30.09.2010
a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	91.251	268.509	94.022	227.147
Posição Bancada	88.346	261.024	91.625	221.223
Posição Financiada	2.905	7.485	2.397	5.924
b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	10.624	26.864	4.072	15.593
TOTAL (Nota 7.b)	101.875	295.373	98.094	242.740

NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão assim distribuídos:

a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários em R\$ Mil

Especificação	30.09.2011	31.12.2010
Títulos Disponíveis para Venda	9.444.360	7.758.083
Títulos Mantidos até o Vencimento	11.852	8.378
Diferencial a Receber Swap	20.860	305
TOTAL	9.477.072	7.766.766
SALDO DE CURTO PRAZO	220.754	1.026.946
SALDO DE LONGO PRAZO	9.256.318	6.739.820

a.2) Títulos Disponíveis para Venda em R\$ Mil

Especificação	30.09.2011			
	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	AJUSTE A MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO
TÍTULOS DE RENDA FIXA	9.056.533	9.033.812	(22.721)	
Letras Financeiras do Tesouro	7.284.115	7.282.955	(1.160)	2011 a 2018
Notas do Tesouro Nacional	1.060.330	1.064.913	4.583	2050
Letras Financeiras	31.460	31.460	-	2016
Debêntures	632.773	632.279	(494)	2012 a 2018
Cédulas de Crédito Bancário – CCB	16.301	16.301	-	2013
Títulos Públicos Federais – FCVS	7.434	5.779	(1.655)	2027
Títulos Públicos Federais – Outros	23.942	-	(23.942)	1993
Títulos da Dívida Agrária	178	125	(53)	2011 a 2022
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	14.187	12.888	(1.299)	
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	1.299	-	(1.299)	2014
Cotas de FIDC	12.661	12.661	-	2014

Notas Explicativas

FGI – Fundo Garantidor para Investimentos	227	227	-	Sem Vencimento
TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL	144.159	202.600	58.441	
Outros Incentivos Fiscais (FINOR)	4.211	459	(3.752)	Sem Vencimento
Ações de Companhias Abertas	139.948	202.141	62.193	Sem Vencimento
TÍTULOS DADOS EM GARANTIA⁽¹⁾	195.669	195.060	(609)	
Letras Financeiras do Tesouro	191.255	191.252	(3)	2011 a 2017
Títulos Públicos Federais – Outros	606	-	(606)	1993
Debêntures	3.808	3.808	-	2018
TOTAL DA CATEGORIA	9.410.548	9.444.360	33.812	
Crédito Tributário			14.078	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 16.d)			(27.603)	
TOTAL DO AJUSTE A VALOR DE MERCADO			20.287	

⁽¹⁾ Além dos títulos dados em garantia referidos no quadro acima, existem R\$ 97.606 mil de LFT e R\$ 93 mil de CVS não bloqueados pela Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC, pois aguardam manifestação judicial acerca da aceitação, ou não, destes ativos financeiros, para fins da efetivação da penhora.

Especificação	31.12.2010			
	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	AJUSTE A MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO
TÍTULOS DE RENDA FIXA	7.288.386	7.259.257	(29.129)	
Letras Financeiras do Tesouro	5.648.455	5.646.915	(1.540)	2011 a 2017
Notas do Tesouro Nacional	844.817	844.253	(564)	2015
Letras Financeiras	30.313	30.313	-	2016
Debêntures	520.905	520.204	(701)	2012 a 2018
Cédulas de Crédito Bancário – CCB	30.811	30.811	-	2011 a 2013
Notas Promissórias	182.165	182.165	-	2011
Títulos Públicos Federais – FCVS	7.721	4.583	(3.138)	2027
Títulos Públicos Federais – Outros	23.181	-	(23.181)	1993
Títulos da Dívida Agrária	18	13	(5)	2011 a 2015
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	15.799	14.552	(1.247)	
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	1.247	-	(1.247)	Sem Vencimento
Cotas de FIDC	14.552	14.552	-	2012
TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL	144.159	258.673	114.514	
Outros Incentivos Fiscais (FINOR)	4.211	506	(3.705)	Sem Vencimento
Ações de Companhias Abertas	139.948	258.167	118.219	Sem Vencimento
TÍTULOS DADOS EM GARANTIA⁽¹⁾	226.188	225.601	(587)	
Letras Financeiras do Tesouro	221.920	221.920	-	2011 a 2015
Títulos Públicos Federais – Outros	587	-	(587)	1993
Debêntures	3.681	3.681	-	2018
TOTAL DA CATEGORIA	7.674.532	7.758.083	83.551	
Crédito Tributário	-	-	13.873	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 16.d)	-	-	(47.294)	
TOTAL DO AJUSTE A VALOR DE MERCADO	-	-	50.130	

⁽¹⁾ Além dos títulos dados em garantia referidos no quadro acima, existem R\$ 217.193 mil de LFT e R\$ 74 mil de CVS não bloqueados pela Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC, pois aguardam manifestação judicial acerca da aceitação, ou não, destes ativos financeiros, para fins da efetivação da penhora.

A rubrica "Títulos Públicos Federais – Outros" registra aplicações financeiras em título público denominado pelo Tesouro Nacional como NUCL910801, com vencimento em 31.08.1993, ainda não resgatado pelo Tesouro Nacional.

Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria acima, encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial" o valor de R\$ 33.812 mil (R\$ 83.551 mil em 31.12.2010). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a R\$ 20.287 mil (R\$ 50.130 mil em 31.12.2010).

a.3) Títulos Mantidos até o Vencimento em R\$ Mil

Especificação	30.09.2011			31.12.2010		
	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO
TÍTULOS DE RENDA FIXA	11.852	11.852		8.378	8.378	
Cotas Fundo de Investimento-Ne.Empreendedor	1.629	1.629	2013	1.608	1.608	2011
Nota do Tesouro Nacional NTN - P	445	445	2012 a 2014	421	421	2012 a 2014
Cotas Fundo Investimento CRIATEC	7.330	7.330	2017	5.200	5.200	2017

Notas Explicativas

FGO – Fundo Garantia de Operações	131	131	Sem Vencimento	231	231	Sem Vencimento
FIP Brasil Agronegócios	2.317	2.317	2018	918	918	2018
TOTAL DA CATEGORIA	11.852	11.852		8.378	8.378	

a.4) Em outubro de 2010, por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, ocorrido após a data de classificação, o Banco reclassificou as cotas do Fundo de Investimento em Participações Nordeste Energia da categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento” para a categoria “Títulos Disponíveis para Venda”. Referidas cotas adquiridas em 2008 e vendidas em 15.10.2010 proporcionaram um ganho de R\$ 7.500 mil ao Banco.

a.5) No terceiro trimestre de 2011, não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

a.6) Para a obtenção do valor de mercado foram adotados os seguintes critérios:

- Títulos de Renda Fixa: nível médio de ágio/deságio negociado no mercado secundário, conforme divulgação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA;
- Títulos da Dívida Agrária – TDA, Debêntures, CCB e Notas Promissórias: ágio/deságio médio observado na última negociação registrada na CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos; e
- Títulos de Renda Variável: cotação média dos ativos na BM&F BOVESPA.

b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários em R\$ Mil

Especificação	01.07.2011 à 30.09.2011	01.01.2011 à 30.09.2011	01.07.2010 à 30.09.2010	01.01.2010 à 30.09.2010
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 6.b)	91.251	268.509	94.022	227.147
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b)	10.624	26.864	4.072	15.593
Títulos de Renda Fixa	266.044	717.768	142.028	372.855
Títulos de Renda Variável	21	2.788	-	2.563
TOTAL	367.940	1.015.929	240.122	618.158

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco do Nordeste utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Considerando o conservadorismo da administração de carteiras do Banco do Nordeste, sua atuação no mercado de derivativos restringe-se a operações de "swap", exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas, quando necessário.

As operações de "swap" são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes.

O Banco possui operações de "swap", que se encontram registradas na CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor nominal) e o correspondente valor patrimonial nas contas Diferencial a Pagar e Diferencial a Receber, conforme apresentado nos quadros a seguir em R\$ Mil:

Composição em 30.09.2011							
CONTRATOS DE SWAP	VR. NOCIONAL	VALOR JUSTO		CURVA		AJUSTE A MERCADO	
		A RECEBER	A PAGAR	A RECEBER	A PAGAR	POSITIVO	NEGATIVO
POSIÇÃO ATIVA							
Moeda Estrangeira (Dólar)	509.020	20.795	-	15.985	-	4.810	-
POSIÇÃO PASSIVA							
Mercado Interfinanceiro (CDI)	-	-	-	-	-	-	-
Taxa Pré-fixada	255.578	66	18.141	66	7.389	-	10.752
Moeda Estrangeira (Dólar)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	764.598	20.861	18.141	16.051	7.389	4.810	10.752

Composição em 31.12.2010							
CONTRATOS DE SWAP	VR. NOCIONAL	VALOR JUSTO		CURVA		AJUSTE A MERCADO	
		A RECEBER	A PAGAR	A RECEBER	A PAGAR	POSITIVO	NEGATIVO
POSIÇÃO ATIVA							
Moeda Estrangeira (Dólar)	509.020	-	28.855	-	11.174	-	17.681
POSIÇÃO PASSIVA							
Mercado Interfinanceiro (CDI)	-	-	-	-	-	-	-
Taxa Pré-fixada	544.399	305	29.283	148	17.459	157	11.824
Moeda Estrangeira (Dólar)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.053.419	305	58.138	148	28.633	157	29.505

Notas Explicativas

Valores em Risco de Operações de Swap	30.09.2011	31.12.2010
HEDGE DE RISCO DE MERCADO – ATIVO	556.513	488.587
ITENS OBJETO DE HEDGE – PASSIVO	570.057	485.113
HEDGE DE RISCO DE MERCADO – PASSIVO	344.774	667.566
ITENS OBJETO DE HEDGE – ATIVO	346.270	655.709

Composição em 30.09.2011		
Os contratos de Swap possuem os seguintes vencimentos:	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	14	538
3 a 12 meses	31	7.004
1 a 3 anos	20	9.096
3 a 5 anos	20.795	1.503
TOTAL	20.860	18.141

Composição em 31.12.2010		
Os contratos de Swap possuem os seguintes vencimentos:	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	53	2.490
3 a 12 meses	157	9.628
1 a 3 anos	95	13.000
3 a 5 anos	-	33.020
TOTAL	305	58.138

No cálculo do valor de mercado das operações de "swap" são utilizadas as taxas divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Na determinação do risco de crédito, são utilizados os índices de correlação e os fatores de risco divulgados pelo Banco Central do Brasil.

d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos em R\$ Mil

Especificação	01.07.2011 à 30.09.2011	01.01.2011 à 30.09.2011	01.07.2010 à 30.09.2010	01.01.2010 à 30.09.2010
Swap	69.208	29.041	(6.102)	(11.754)
TOTAL	69.208	29.041	(6.102)	(11.754)

NOTA 8 – Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados

a) Créditos Vinculados em R\$ Mil

Especificação	30.09.2011	31.12.2010
Recolhimentos obrigatórios – Poupança	222.807	196.368
Reservas compulsórias - Recursos à Vista	28.053	33.680
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	32.229	27.718
Tesouro Nacional - Crédito Rural	5.460	4.300
TOTAL	288.549	262.066
SALDO DE CURTO PRAZO	255.910	234.019
SALDO DE LONGO PRAZO	32.639	28.047

b) Resultado de Aplicações Compulsórias em R\$ Mil

Especificação	01.07.2011 à 30.09.2011	01.01.2011 à 30.09.2011	01.07.2010 à 30.09.2010	01.01.2010 à 30.09.2010
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	4.157	11.323	3.148	8.403
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	946	2.623	806	9.920
Rendas de Créditos Vinculados ao Crédito Rural	18	85	5	34
Desvalorização de Créditos Vinculados	2.616	2.103	(183)	(4.306)
TOTAL	7.737	16.134	3.776	14.051

NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

a) A Carteira de Crédito e a Provisão para Operações de Crédito estão assim compostas em R\$ Mil

Especificação	30.09.2011		31.12.2010	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	11.051.440	(553.727)	10.715.838	(580.934)
Curto Prazo	5.305.365	(243.120)	4.470.238	(246.074)
Longo Prazo	5.746.075	(310.607)	6.245.600	(334.860)
Outras Rubricas com Características de Crédito	601.761	(7.933)	571.930	(71.984)
Curto Prazo	600.849	(4.452)	547.862	(18.321)
Longo Prazo	912	(3.481)	24.068	(53.663)
TOTAL DA CARTEIRA DE CRÉDITO	11.653.201	(561.660)	11.287.768	(652.918)

a.1) Composição da Carteira de Crédito em R\$ Mil

Especificação	30.09.2011	31.12.2010
Adiantamentos a Depositantes	819	1.417
Empréstimos	5.030.848	4.882.670
Títulos Descontados	175.380	170.113
Financiamentos	1.838.287	1.716.772

Notas Explicativas

Financiamentos em Moedas Estrangeiras	292.803	24.311
Refinanciamentos de Operações com o Governo Federal (Nota 28.a.1)	515.195	533.239
Financiamentos Rurais e Agroindustriais ⁽¹⁾	1.417.903	1.961.023
Financiamentos Imobiliários ⁽²⁾	243	243
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	1.779.962	1.426.050
Subtotal de Operações de Crédito	11.051.440	10.715.838
Avais e Fianças Honorados	73	20
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	12.159	9.896
Devedores por Compra de Valores e Bens	2.276	2.298
Títulos e Créditos a Receber	4.100	40.526
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽³⁾	583.153	519.190
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	601.761	571.930
TOTAL DA CARTEIRA DE CRÉDITO	11.653.201	11.287.768

⁽¹⁾ Na posição de 30.06.2011 houve redução de R\$ 685.000 mil em financiamentos rurais e agroindustriais, em virtude de reclassificação para contas de compensação "PATRIMÔNIO DE FUNDOS PÚBLICOS ADMINISTRADOS", por se tratarem de operações de crédito administradas pelo Banco com recursos, principalmente, do Fundo de Terras, Banco da Terra, INCRA - Conta Fundiária e Fundo Rotativo de Terras. Em contrapartida, ocorreu a reclassificação do passivo que se encontrava registrado em "OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS" (Nota 14.c)

⁽²⁾ Referem-se a operações contratadas antes do encerramento das atividades com Financiamento Imobiliário.

⁽³⁾ Contas classificadas como "OUTRAS OBRIGAÇÕES/Carteira de Câmbio".

a.2) Receitas de Operações de Crédito em R\$ Mil

Especificação	01.07.2011 à 30.09.2011	01.01.2011 à 30.09.2011	01.07.2010 à 30.09.2010	01.01.2010 à 30.09.2010
Empréstimos e Títulos Descontados	231.156	669.335	196.683	554.406
Financiamentos	276.342	498.691	94.394	296.138
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	35.305	111.186	44.189	136.723
Recuperação de Crédito Baixado como Prejuízo	29.286	76.493	33.313	77.177
Avais e Fianças Honorados	-	1	-	-
Outros Valores	485	130	(348)	(939)
TOTAL	572.574	1.355.836	368.231	1.063.505

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento em R\$ Mil

b.1) Créditos de Curso Normal⁽¹⁾

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.09.2011	Total em 31.12.2010
Rural	24.764	6.841	12.153	154.346	109.898	1.063.475	1.371.477	1.882.050
Indústria	243.329	205.483	209.182	413.869	550.441	1.426.930	3.049.234	2.505.673
Governo	4.057	4.053	4.053	23.186	26.042	1.277.939	1.339.330	1.257.660
Outros Serviços	181.649	106.152	251.857	438.848	791.421	1.319.475	3.089.402	2.715.425
Comércio	260.678	228.420	170.537	325.097	673.458	385.107	2.043.297	1.778.739
Intermediários Financeiros	14.237	15.586	13.965	43.994	78.941	151.077	317.800	695.342
Habitação	243	-	-	-	-	-	243	243
Pessoas Físicas	4.326	4.186	4.931	13.127	9.197	15.360	51.127	48.783
TOTAL	733.283	570.721	666.678	1.412.467	2.239.398	5.639.363	11.261.910	10.883.915

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

b.2) Créditos em Atraso

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vincendas						Total em 30.09.2011	Total em 31.12.2010
	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	196	335	801	466	2.725	15.214	19.737	32.184
Indústria	1.929	2.191	1.833	4.871	8.514	36.136	55.474	32.213
Outros Serviços	2.859	2.970	2.700	7.021	13.308	24.604	53.462	45.564
Comércio	4.968	5.826	4.739	13.012	20.201	36.283	85.029	77.687
Intermediários Financeiros	113	110	109	338	678	4.271	5.619	16
Pessoas Físicas	330	400	290	799	1.048	2.627	5.494	4.038
TOTAL	10.395	11.832	10.472	26.507	46.474	119.135	224.815	191.702

Notas Explicativas

Parcelas Vencidas									
Tipo Cliente/Atividade	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.09.2011	Total em 31.12.2010
Rural	30	3.214	1.395	1.429	3.223	12.933	15.387	37.611	60.270
Indústria	788	1.812	4.291	2.502	5.233	10.210	3.930	28.766	67.848
Outros Serviços	1.394	2.172	4.338	4.088	9.811	19.472	664	41.939	38.589
Comércio	1.904	7.330	10.218	9.121	12.307	11.486	1.743	54.109	41.802
Intermediários Financeiros	1	-	126	158	270	-	-	555	2
Pessoas Físicas	77	380	441	239	903	1.188	268	3.496	3.640
TOTAL	4.194	14.908	20.809	17.537	31.747	55.289	21.992	166.476	212.151

c) Composição das Operações por Níveis de Risco em R\$ Mil

Nível de Risco	30.09.2011				31.12.2010			
	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	3.316.315	-	3316.315	-	3.640.505	-	3.640.505	-
A	4.878.348	-	4.878.348	24.392	3.847.921	-	3.847.921	19.239
B	2.521.826	33.828	2.555.654	25.556	2.635.606	38.743	2.674.349	26.743
C	160.545	37.244	197.789	5.933	262.461	23.563	286.024	8.581
D	102.014	42.672	144.686	14.468	111.266	18.644	129.910	12.991
E	21.764	22.119	43.883	13.165	56.686	36.090	92.776	27.833
F	16.579	25.422	42.001	21.001	34.525	46.511	81.036	40.518
G	32.923	25.012	57.935	40.555	17.621	43.157	60.778	42.544
H	211.596	204.994	416.590	416.590	277.324	197.145	474.469	474.469
TOTAL	11.261.910	391.291	11.653.201	561.660	10.883.915	403.853	11.287.768	652.918

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

d) Movimentação da Provisão no Período em R\$ Mil

Especificação	30.09.2011	31.12.2010
Saldo Inicial	652.918	615.845
(+) Constituição de provisão líquida no período	111.423	392.528
(-) Créditos baixados como prejuízo no período	(202.681)	(355.455)
(=) Provisão para perdas da carteira de crédito	561.660	652.918
(+) Provisão de outros créditos sem características de concessão de crédito (Nota 10.f)	27.504	31.706
(=) Saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa	589.164	684.624

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão em R\$ Mil

Especificação	01.07.2011 à 30.09.2011	01.01.2011 à 30.09.2011	01.07.2010 à 30.09.2010	01.01.2010 à 30.09.2010
(+) Despesas de provisão de operações de crédito de liquidação duvidosa	31.926	164.406	69.325	246.703
(+) Despesas de provisão de outros créditos de liquidação	1.510	1.510	22.203	22.881
(-) Reversões de provisões operacionais	(26.431)	(54.493)	-	(7.502)
(=) Saldo da despesa de provisão com característica de concessão de crédito	7.005	111.423	91.528	262.082
(+) Despesas de provisão de outros créditos sem características de concessão de crédito	224	791	95	8.313
(-) Reversões de provisões de outros créditos sem características de concessão de crédito	-	-	(645)	(1.132)
(=) Saldo da despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.229	112.214	90.978	269.263

f) Até o 3º trimestre foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 76.493 mil (R\$ 77.177 mil em 30.09.2010) e as renegociações importaram em R\$ 471.560 mil (R\$ 787.810 mil em 31.12.2010).

g) Recuperação de Créditos com Base Legal em R\$ Mil

Em decorrência da aplicação das Leis N° 11.322, de 13.07.2006, N° 11.775, de 17.09.2008 e N° 12.249, de 11.06.2010, as quais dispõem sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações, foi reconhecido no resultado do Banco, referente a 30.09.2011, um efeito positivo no valor de R\$ 127.322 mil (R\$ 41.324 mil em 30.09.2010), a seguir demonstrados. Conforme referidos instrumentos legais, parte dessas operações foi adquirida pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE:

Especificação	01.07.2011 à 30.09.2011	01.01.2011 à 30.09.2011	01.07.2010 à 30.09.2010	01.01.2010 à 30.09.2010
Efetivação de Rendas	14.801	48.301	9.002	24.421
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	10.152	26.859	3.738	9.045
Despesas com Deságios	(4.155)	(16.180)	(397)	(2.841)
Efeito Líquido de Provisões	18.236	68.342	2.500	10.699
TOTAL	39.034	127.322	14.843	41.324

Notas Explicativas

NOTA 10 – Outros Créditos em R\$ Mil

Especificação	30.09.2011	31.12.2010
a) Créditos por Avais e Fianças Honrados	73	20
b) Carteira de Câmbio (Nota 11)	679.533	521.843
c) Rendas a Receber	25.380	25.570
d) Negociação e Intermediação de Valores	100	-
e) Diversos	1.280.132	1.007.017
Créditos Tributários - Diferenças Temporárias (Nota 21.b)	247.414	277.353
Créditos Tributários -TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Notas 7.a.2 e 21.b)	14.078	13.873
Devedores por Depósitos em Garantia	740.615	367.471
Impostos e Contribuições a Compensar	150.800	177.148
Decorrentes de Antecipação - IN SRF N° 90/92	141.905	170.353
Outros Valores	8.895	6.795
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber	4.100	40.526
Adiantamentos e Antecipações Salariais	18.621	2.111
Pagamentos a Ressarcir	8.543	8.110
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do BNDES	4.837	8.320
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do FAT	20.700	27.142
Outros Valores	43.676	58.215
f) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(35.437)	(103.690)
Com Características de Concessão de Crédito	(7.933)	(71.984)
Sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(27.504)	(31.706)
TOTAL	1.949.781	1.450.760
SALDO DE CURTO PRAZO	1.794.621	1.380.525
SALDO DE LONGO PRAZO	155.160	70.235

NOTA 11 – Carteira de Câmbio em R\$ Mil

a) Composição

Especificação	30.09.2011	31.12.2010
Ativo – Outros Créditos		
Câmbio Comprado a Liquidar	650.003	511.266
Direitos sobre Vendas de Câmbio	17.428	2.883
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(57)	(2.202)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	12.159	9.896
Ativo Circulante	679.533	521.843
Passivo – Outras Obrigações		
Obrigações por Compras de Câmbio	583.505	532.891
Câmbio Vendido a Liquidar	17.514	2.855
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio)	(583.153)	(519.190)
Outros Valores	1	45
Passivo Circulante	17.867	16.601

b) Resultado de Câmbio em R\$ Mil

Especificação	01.07.2011 à 30.09.2011	01.01.2011 à 30.09.2011	01.07.2010 à 30.09.2010	01.01.2010 à 30.09.2010
Rendas de Câmbio	114.231	149.096	7.756	63.340
Despesas de Câmbio	(268)	(477)	(93)	(813)
TOTAL	113.963	148.619	7.663	62.527

NOTA 12 – Permanente em R\$ Mil

Especificação	30.09.2011	31.12.2010
a) Investimentos	1.495	1.429
a.1) Outros Investimentos	6.798	6.732
Investimentos por Incentivos Fiscais	5.011	5.011
Ações e Cotas	944	944
Bens Artísticos e Valiosos	843	777
a.2) Provisões para Perdas	(5.303)	(5.303)
Investimentos por Incentivos Fiscais	(5.010)	(5.010)
Ações e Cotas	(293)	(293)
b) Imobilizado	190.547	188.219

Notas Explicativas

b.1) Imóveis de Uso	139.275	132.615
Terrenos	6.558	6.567
Edificações	132.717	126.048
b.2) Reavaliações de Imóveis de Uso	109.995	111.628
Terrenos – Reavaliações	10.686	10.930
Edificações – Reavaliações	99.309	100.698
b.3) Outras Imobilizações de Uso	166.529	151.302
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	66.974	63.401
Sistema de Processamento de Dados	68.275	56.177
Sistema de Segurança	10.503	9.549
Sistema de Transporte	16.121	16.135
Outros	4.656	6.040
b.4) Depreciações Acumuladas	(225.252)	(207.326)
Imóveis de Uso	(165.457)	(155.715)
Outras Imobilizações de Uso	(59.795)	(51.611)
c) Diferido	1.907	2.407
c.1) Gastos de Organização e Expansão	4.920	6.096
Gastos em Imóveis de Terceiros	4.879	6.055
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	41	41
c.2) Amortização Acumulada	(3.013)	(3.689)
Gastos em Imóveis de Terceiros	(2.982)	(3.664)
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	(31)	(25)
TOTAL	193.949	192.055

NOTA 13 – Depósitos e Captações no Mercado Aberto em R\$ Mil

a) Depósitos

Especificação	30.09.2011	31.12.2010
a.1) Depósitos à Vista	160.106	134.119
Depósitos em Moedas Estrangeiras no País	27.950	31.487
Depósitos de Governos	40.589	20.446
Depósitos Vinculados	47.179	39.117
Pessoas Jurídicas	25.650	30.369
Pessoas Físicas	15.448	9.363
Outros Valores	3.290	3.337
a.2) Depósitos de Poupança	1.297.507	1.288.569
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	795.598	740.681
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	500.768	546.832
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	1.141	1.056
a.3) Depósitos Interfinanceiros	668.530	684.128
a.4) Depósitos a Prazo	6.689.980	6.387.223
Depósitos a Prazo	4.848.328	5.048.516
Depósitos Judiciais com Remuneração	542.814	202.751
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Disponíveis	40.942	370.420
Proger Urbano	8.415	18.200
Pronaf	54	273
Protrabalho	1.664	3.535
Infraestrutura	28.429	328.476
Estiagem	73	155
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	2.307	19.781
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Aplicados	530.621	316.372
Proger Urbano	62.192	60.448
Pronaf	808	-
Protrabalho	168.968	964
Infraestrutura	245.987	192.453
Estiagem	10.316	50.731
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	42.350	11.776
FINOR/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei Nº 8.167	725.278	447.569
Outros Valores	1.997	1.595
a.5) Outros Depósitos – Depósitos para Investimentos	-	15.542
TOTAL	8.816.123	8.509.581
SALDO DE CURTO PRAZO	4.929.476	3.772.031
SALDO DE LONGO PRAZO	3.886.647	4.737.550

Notas Explicativas**b) Captação no Mercado Aberto em R\$ Mil**

Especificação	30.09.2011	31.12.2010
Carteira Própria	661.002	436.293
Letras Financeiras do Tesouro	661.002	436.293
Carteira de Terceiros	92.042	87.996
Letras Financeiras do Tesouro	31.949	87.996
Notas do Tesouro Nacional	60.093	-
TOTAL	753.044	524.289
SALDO DE CURTO PRAZO	623.636	460.893
SALDO DE LONGO PRAZO	129.408	63.396

c) Despesa de Captação no Mercado em R\$ Mil

Especificação	01.07.2011 à 30.09.2011	01.01.2011 à 30.09.2011	01.07.2010 à 30.09.2010	01.01.2010 à 30.09.2010
Despesas de Captações com Depósitos	(349.561)	(743.626)	(149.856)	(381.480)
Depósitos a Prazo	(152.310)	(418.698)	(110.724)	(273.879)
Depósitos de Poupança	(17.637)	(49.797)	(14.357)	(37.730)
Depósitos Judiciais	(12.236)	(23.864)	(1.230)	(3.068)
Depósitos Interfinanceiros	(5.291)	(16.362)	(4.326)	(10.870)
Depósitos Especiais - FAT	(30.102)	(84.307)	(17.220)	(50.539)
Outros Depósitos	(131.985)	(150.598)	(1.999)	(5.394)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(23.389)	(55.838)	(13.678)	(34.048)
Carteira de Terceiros	(2.909)	(7.493)	(2.374)	(5.901)
Carteira Própria	(20.480)	(48.345)	(11.304)	(28.147)
TOTAL	(372.950)	(799.464)	(163.534)	(415.528)

NOTA 14 – Obrigações por Empréstimos e Repasses**a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento em R\$ Mil:**

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 30.09.2011	Total em 31.12.2010
Empréstimos no País	-	16.807	31.826	-	-	-	48.633	60.875
Empréstimos no Exterior	265.631	613.923	-	-	-	-	879.554	446.603
Repasses do País	77.614	104.451	196.803	293.856	398.795	181.898	1.253.417	1.686.776
Repasses do Exterior	31.067	50.682	156.520	166.242	284.888	163.282	852.681	729.165
TOTAL	374.312	785.863	385.149	460.098	683.683	345.180	3.034.285	2.923.419

b) Obrigações por Empréstimos em R\$ Mil

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.09.2011	31.12.2010
Empréstimos no País – Instituições Oficiais/Refinanciamentos	TJLP+ 3,0 ou 7,75	48.633	60.875
Empréstimos no Exterior/ Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	879.554	446.603
TOTAL		928.187	507.478
SALDO DE CURTO PRAZO		896.361	461.822
SALDO DE LONGO PRAZO		31.826	45.656

c) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais em R\$ Mil

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.09.2011	31.12.2010
Tesouro Nacional	IGP-DI+ 2,0 ou 6,75	1.016	1.086
BNDDES		1.127.575	933.260
Programa de Operações Conjuntas – POC	TJLP/IGPM/IPCA+2,0	894.775	712.269
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+2,0	232.800	220.991
FINAME		124.826	52.859
Programa Automático	TJLP/IGPM/IPCA+2,0	108.777	38.276
Programa Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+2,0	16.049	14.583
Outras Instituições		-	699.571
Projeto Piloto de Apoio à Reforma Agrária	SELIC/TJLP / 6,0	-	81.699
MEPF- Fundo de Terras e da Reforma Agrária-Banco da Terra	SELIC/4,0 a 18,0	-	126.302
Banco da Terra-Combate a Pobreza Rural	Tx. Extra Merc./ 2,0 a 10,0	-	491.570
TOTAL		1.253.417	1.686.776
SALDO DE CURTO PRAZO		182.065	289.427
SALDO DE LONGO PRAZO		1.071.352	1.397.349

Notas Explicativas

d) Obrigações por Repasses do Exterior em R\$ Mil

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.09.2011	31.12.2010
BID-Produtor	USD + 1,07 ou UCBID + 2,26	845.702	722.200
BID-Outros Programas	USD + 1,07	6.607	6.456
Outros Programas	USD + 6,0	372	509
TOTAL		852.681	729.165
SALDO DE CURTO PRAZO		81.749	66.808
SALDO DE LONGO PRAZO		770.932	662.357

e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses em R\$ Mil

Especificação	01.07.2011 à 30.09.2011	01.01.2011 à 30.09.2011	01.07.2010 à 30.09.2010	01.01.2010 à 30.09.2010
Despesas de Obrigações por Empréstimos	(1.229)	(3.705)	(1.438)	(4.290)
Obrigações por Empréstimos no País	(1.229)	(3.705)	(1.438)	(4.290)
Despesas de Obrigações por Repasses	(170.198)	(225.621)	(22.010)	(92.707)
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	(22.447)	(69.070)	(17.425)	(50.844)
Tesouro Nacional	(12)	(56)	(20)	(74)
BNDES	(21.466)	(61.691)	(15.472)	(44.749)
FINAME	(820)	(2.307)	(707)	(2.344)
Outras Instituições	(149)	(5.016)	(1.226)	(3.677)
Despesas de Repasses do Exterior	(147.751)	(156.551)	(4.585)	(41.863)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(125.582)	(128.989)	(1.713)	(21.322)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(122.902)	(334.552)	(86.367)	(230.986)
TOTAL	(419.911)	(692.867)	(111.528)	(349.305)

NOTA 15 – Recursos de Aceites e Emissões de Títulos

Demonstramos no quadro abaixo em R\$/US\$ Mil:

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Valor em US\$	Valor Contratual R\$	Valor de Mercado em 30.09.2011	Valor de Mercado em 31.12.2010
Eurobond – Senior Unsecured Notes ⁽¹⁾	09.11.2010	09.11.2015	300.000	509.019	571.217	485.487
Letras de Crédito do Agronegócio ⁽²⁾	-	-	-	118.210	120.194	-

⁽¹⁾ Em novembro de 2010, o Banco do Nordeste emitiu Senior Unsecured Notes no valor de US\$ 300.000 mil no mercado financeiro internacional, com prazo de vencimento de 5 anos e com um cupom de 3,625% ao ano. As notas não possuem amortizações intermediárias, com o principal sendo liquidado no vencimento da operação. O pagamento dos juros das notas é semestral.

As operações de swap realizadas com o intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar, gerado pela captação de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de hedge e por isso os saldos das obrigações estão ajustados ao valor de mercado.

⁽²⁾ Título com prazo médio de 181 dias, sendo a taxa de atualização média de 90,53% do CDI a.a. *pro rata* até o vencimento.

NOTA 16 – Outras Obrigações em R\$ Mil

Especificação	30.09.2011	31.12.2010
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	39.109	5.604
Recursos do Proagro	145	148
Recebimento de Tributos Federais	34.647	-
IOF a Recolher	3.962	5.389
Outros Tributos e Assemelhados	355	67
b) Carteira de Câmbio (Nota 11)	17.867	16.601
c) Sociais e Estatutárias	47.852	130.687
Dividendos e Bonificações a Pagar	302	96.519
Participações nos Lucros	47.550	34.168
d) Fiscais e Previdenciárias	402.384	493.132
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 22)	109.404	101.525
Impostos e Contribuições	80.371	74.847
Causas Fiscais	29.033	26.678
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	37.666	58.716
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 7.a.2)	27.603	47.294
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos	10.063	11.422
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	210.728	284.294
Imposto de Renda	129.592	173.703
Contribuição Social	81.136	110.591
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	44.586	48.597
d) Negociação e Intermediação de Valores	-	7
e) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	4.282.058	3.746.175
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	4.151.067	3.656.262

Notas Explicativas

Outros Valores	130.991	89.913
f) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 17)	1.103.168	1.004.166
g) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 18)	1.186.838	1.101.848
h) Diversas	2.779.638	2.576.876
Provisão para Passivos Contingentes	1.561.857	1.436.231
Causas Trabalhistas (Nota 22.d.e)	174.964	161.863
Causas Cíveis (Nota 22.d.e)	104.683	92.970
Outras Causas (Nota 22.d.e)	171	65
FNE (Nota 22.e)	1.277.244	1.177.757
Repasse	389	372
Risco Integral	82.285	84.960
Risco Compartilhado	1.194.570	1.092.425
FDNE (Nota 22.e)	1.580	277
PROAGRO	3.215	3.299
Provisão para Pagamentos a Efetuar	1.096.763	1.053.884
Benefícios a Empregados – Deliberação CVM Nº 600	922.862	925.375
Plano de Aposentadoria e Pensão – CVM Nº 600	448.194	490.630
Plano de Assistência Médica – CVM Nº 600	474.668	434.745
Despesa de Pessoal	141.106	94.143
Outros Valores	32.795	34.366
Outros Valores	121.018	86.761
TOTAL	9.858.914	9.075.096
SALDO DE CURTO PRAZO	3.406.739	3.378.351
SALDO DE LONGO PRAZO	6.452.175	5.696.745

NOTA 17 – Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

Em 22 de dezembro de 2010, nos termos da Lei Nº 12.249, de 11.06.2010, alterada pela Medida Provisória Nº 513, de 26.11.2010, o Banco do Nordeste e a União Federal celebraram Contrato de Mútuo, classificado como Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD), no montante de R\$ 1.000.000 mil, já efetivamente integralizado. Em 21.02.2011, por intermédio do Ofício Deorf/Cofil-2011/00979, o Banco Central autorizou que o citado instrumento híbrido fosse considerado como capital de Nível II. Seguem informações sobre a operação, em R\$ Mil:

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	30.09.2011	31.12.2010
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	1.000.000	IPCA+6,5715% a.a.	22.12.2010	1.103.168	1.004.166

NOTA 18 – Dívidas Subordinadas

O Banco possui contratos de dívida subordinada com o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, classificada como Patrimônio de Referência Nível II, na categoria de Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital, conforme Resolução CMN Nº 3.444, de 28.02.2007 e autorização do Banco Central.

Os contratos têm prazo indeterminado e prevêm que os recursos, enquanto não aplicados, serão remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, e, quando aplicados mediante liberação aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco do Nordeste, serão atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito, conforme Artigo 9º-A da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989. Segue a composição em R\$ Mil:

Especificação	30.09.2011	31.12.2010
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	1.186.838	1.101.848
Recursos disponíveis ⁽¹⁾	335.470	319.417
Recursos aplicados ⁽²⁾	851.368	782.431
TOTAL	1.186.838	1.101.848

⁽¹⁾ São remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme artigo 9º -A da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989.

⁽²⁾ São remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o *del credere* da instituição financeira, conforme artigo 9º -A da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989.

NOTA 19 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 01.04.2011, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 159.000 mil, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias, sem emissão de novas ações. O Capital Social passou de R\$ 1.851.000 mil para R\$ 2.010.000 mil representado por 87.001.901 ações escriturais, sem valor nominal, integralizadas, de acordo com a distribuição a seguir:

Notas Explicativas

Composição em 30.09.2011					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total das Ações	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	46.595.279	35.373.190	81.968.469	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
BNDESPAR	13.800	386.795	400.595	0,03	0,47
Outros	401.992	383.877	785.869	0,83	0,90
TOTAL	48.484.775	38.517.126	87.001.901	100,00	100,00

Composição em 31.12.2010					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total das Ações	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	46.595.279	35.373.190	81.968.469	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
BNDESPAR	15.000	387.995	402.995	0,03	0,47
Outros	400.792	382.677	783.469	0,83	0,90
TOTAL	48.484.775	38.517.126	87.001.901	100,00	100,00

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 25.781 mil (R\$ 28.064 mil em 31.12.2010) refere-se à reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução N° 3.565, de 29.05.2008 do Conselho Monetário Nacional. A realização ocorrida até o 3º trimestre importa em R\$ 1.814 mil (R\$ 2.437 mil em 31.12.2010).

c) Ações em Tesouraria

O Banco possui 10.232 ações de sua própria emissão, sendo 8.088 ações ordinárias nominativas (ON) e 2.144 ações preferenciais nominativas (PN) adquiridas em 17.02.2009. Tais ações, cujos valores de mercado, na posição de 30.09.2011, representam, respectivamente, R\$ 27,01 e R\$ 29,95 por cada ação, encontram-se em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento.

NOTA 20 – Outras Receitas/Despesas Operacionais em R\$ Mil

Especificação	01.07.2011 à 30.09.2011	01.01.2011 à 30.09.2011	01.07.2010 à 30.09.2010	01.01.2010 à 30.09.2010
a) Receitas de Prestação de Serviços	334.181	970.578	280.403	874.818
Administração de Fundos de Investimentos	3.835	10.405	3.406	9.173
Administração de Fundos e Programas	278.836	810.684	198.780	653.785
Prestação de Serviços	51.510	149.489	78.217	211.860
b) Rendas de Tarifas Bancárias	8.318	17.753	3.339	9.478
c) Despesas de Pessoal	(250.486)	(735.140)	(253.068)	(712.044)
Proventos	(140.394)	(436.143)	(130.112)	(364.165)
Encargos Sociais	(55.007)	(168.210)	(51.564)	(135.157)
Plano de Aposentadoria e Pensão - CVM N° 600	(5.259)	(16.754)	(31.016)	(94.742)
Plano de Assistência Médica - CVM N° 600	(27.333)	(52.057)	(19.500)	(57.366)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(22.493)	(61.976)	(20.876)	(60.614)
d) Outras Despesas Administrativas	(207.516)	(569.406)	(157.756)	(462.299)
Processamento de Dados	(34.734)	(92.121)	(26.614)	(90.870)
Propaganda e Publicidade	(6.511)	(19.198)	(5.818)	(25.575)
Serviços de Terceiros	(71.066)	(187.527)	(47.576)	(121.302)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(11.280)	(32.767)	(10.894)	(32.444)
Viagens	(4.418)	(11.045)	(4.415)	(11.329)
Comunicações	(8.281)	(22.391)	(8.754)	(23.515)
Depreciação e Amortização	(7.001)	(20.395)	(6.349)	(19.065)
Manutenção e Conservação de Bens	(7.927)	(23.204)	(7.163)	(21.746)
Vigilância, Segurança e Transporte	(8.510)	(23.595)	(6.815)	(19.313)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(5.769)	(15.017)	(5.215)	(14.954)
Serviços do Sistema Financeiro	(4.970)	(14.321)	(4.324)	(12.422)
Serviços Técnicos Especializados	(9.295)	(24.767)	(5.618)	(16078)
Seguros	(1.066)	(3.091)	(892)	(2.756)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários	(11.975)	(42.026)	(10.872)	(21.793)

Notas Explicativas

Contribuição Sindical Patronal e de Entidades	(208)	(747)	(189)	(646)
Condomínio, copa, cozinha e alimentação	(917)	(2.675)	(827)	(2.438)
FUNDECI – Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	(5.000)	(14.200)	-	(8.100)
Outros Valores	(8.588)	(20.319)	(5.421)	(17.953)
e) Despesas Tributárias	(45.795)	(138.168)	(41.994)	(122.506)
Contribuição ao Cofins e PIS/PASEP	(41.459)	(126.542)	(37.438)	(110.836)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(3.660)	(10.499)	(3.951)	(10.714)
Outros Valores	(676)	(1.127)	(605)	(956)
f) Outras Receitas Operacionais	275.408	865.938	258.001	658.010
“Del credere” de Fundos Administrados	211.182	608.593	178.054	503.255
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Obtidos	5.430	104.142	61.195	73.841
Reversão de Prov. Operacionais/Riscos c/OP. Do FNE	11	11	371	371
Recuperação de Encargos e Despesas	-	-	3.837	10.488
Reversão de Provisões de CSLL e IR	2.654	6.791	-	131
Reversão de Provisões Operacionais	8.674	8.965	559	4.347
Juros e Comissões	68	581	214	1.484
Correção Monetária	863	5.886	632	3.490
Resultado da Marcação a Mercado	11.689	11.689	-	-
Atualização Monetária de Tributos	59	165	50	133
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	18.476	53.376	7.445	24.261
Outros Valores	16.302	65.739	5.644	36.209
g) Outras Despesas Operacionais	(212.821)	(665.146)	(215.094)	(576.622)
Variação Cambial da Área de Câmbio	(5.405)	(5.405)	-	-
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(5.404)	(80.354)	(57.578)	(88.490)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(988)	(988)	(105)	(108)
Descontos Concedidos em Renegociações	(43.354)	(47.542)	(413)	(22.372)
Encargos de Operações de Crédito	(5.050)	(9.854)	(6.613)	(16.151)
Riscos Fiscais	(3.778)	(9.581)	(1.848)	(3.244)
Riscos com Operações do FNE	(80.078)	(258.953)	(110.060)	(346.475)
Riscos com Operações do FDNE	(413)	(1.304)	(29)	(138)
Causas Trabalhistas	(3.358)	(22.719)	(613)	(7.158)
Causas Cíveis	-	(15.872)	(7.942)	(20.824)
Outras Causas	(127)	(127)	-	(10)
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(29.364)	(100.845)	-	-
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(9.166)	(26.236)	(15.290)	(39.358)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(20.614)	(58.754)	(10.551)	(13.993)
Outros Valores	(5.722)	(26.612)	(4.052)	(18.301)
TOTAL	(98.711)	(253.591)	(126.169)	(331.165)

As despesas com Plano de Aposentadoria e Pensão e de Assistência Médica referentes ao trimestre findo em 30.09.2010, atendem ao disposto na Deliberação CVM Nº 371, de 13.12.2000.

NOTA 21 – Impostos e Contribuições**a) Imposto de Renda e Contribuição Social**

O Banco do Nordeste está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social pela estimativa. A despesa de Imposto de Renda registrada no 3º trimestre de 2011 foi de R\$ 128.836 mil e a de Contribuição Social foi de R\$ 80.683 mil, estando sua conciliação a seguir demonstrada em R\$ Mil:

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda			
	01.07.2011 à 30.09.2011	01.01.2011 à 30.09.2011	01.07.2010 à 30.09.2010	01.01.2010 à 30.09.2010
Resultado Antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos Juros sobre o Capital Próprio	177.399	562.332	122.017	315.093
Adições/Exclusões Permanentes	(6.431)	(22.081)	(1.651)	4.915
Adições/Exclusões Temporárias	(52.766)	658	48.993	323.786

Notas Explicativas

Resultado Tributável antes das Compensações	118.202	540.909	169.359	643.794
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	-	-	(19.350)
Resultado Tributável após Compensações	118.202	540.909	169.359	624.444
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL- antes dos Incentivos Fiscais	(29.293)	(134.453)	(42.080)	(155.331)
Deduções (Incentivos Fiscais)	1.518	5.617	1.120	3.036
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL após os incentivos	(27.775)	(128.836)	(40.960)	(152.295)
Despesas Diferidas de IRPJ/CSLL	(28.689)	(18.709)	9.805	33.594
Total de Despesas de IRPJ/CSLL	(56.464)	(147.545)	(31.155)	(118.701)
% das despesas correntes em relação ao Resultado antes da Tributação	31,83	26,24	25,53	37,67

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Contribuição Social			
	01.07.2011 à 30.09.2011	01.01.2011 à 30.09.2011	01.07.2010 à 30.09.2010	01.01.2010 à 30.09.2010
Resultado Antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos Juros sobre o Capital Próprio	177.399	562.332	122.017	315.093
Adições/Exclusões Permanentes	(6.431)	(22.081)	(1.648)	4.930
Adições/Exclusões Temporárias	(52.766)	658	48.993	323.786
Resultado Tributável antes das Compensações	118.202	540.909	169.362	643.809
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	-	-	(20.354)
Resultado Tributável após Compensações	118.202	540.909	169.362	623.455
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL- antes dos Incentivos Fiscais	(17.580)	(80.683)	(25.252)	(93.061)
Deduções (Incentivos Fiscais)	-	-	-	-
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL após os incentivos	(17.580)	(80.683)	(25.252)	(93.061)
Despesas Diferidas de IRPJ/CSLL	(17.209)	(11.229)	5.887	20.154
Total de Despesas de IRPJ/CSLL	(34.789)	(91.912)	(19.365)	(72.907)
% das despesas correntes em relação ao Resultado antes da Tributação	19,61	16,34	15,87	23,14

a.2) Especificação da Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Despesa de Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	128.836	145.381	80.683	93.598
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	756	1.015	453	609
Provisão de Tributos sobre ajustes de LPA	-	27.307	-	16.384
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	129.592	173.703	81.136	110.591
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	(98.408)	(117.146)	(44.925)	(54.100)
Valor do Ajuste no Período	31.184	56.557	36.211	56.491

b) Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias

Os créditos tributários correspondentes a IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias das provisões para créditos de liquidação duvidosa são registrados conforme disposições das principais normas a seguir: Resolução do CMN Nº 3.059, de 20.12.2002 (alterada pela Res. CMN Nº 3.355, de 31.03.2006) e da Circular BACEN Nº 3.171, de 30.12.2002; e são fundamentados em Estudos Técnicos realizados semestralmente demonstrando a probabilidade de realização do crédito tributário para o prazo de cinco anos.

De acordo com a Carta-Circular BACEN Nº 3.023, de 11.06.2002, foram constituídos créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários, relativamente aos títulos classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda.

A movimentação dos créditos está a seguir demonstrada, em R\$ Mil:

Notas Explicativas

Especificação	IMPOSTO DE RENDA		CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		TOTAL	
	Diferenças temporárias	TVM	Diferenças temporárias	TVM	Diferenças temporárias	TVM
Saldo Inicial em 31.12.2010	173.336	8.670	104.016	5.202	277.353	13.873
(+) Constituição de Créditos	50.158	1.775.083	30.106	1.065.050	80.264	2.840.133
(-) Realização de Créditos	(68.867)	(1.774.955)	(41.335)	(1.064.973)	(110.202)	(2.839.928)
Saldo Final em 30.09.2011	154.627	8.799	92.787	5.279	247.414	14.078

O saldo dos créditos ativados e não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social, registrado em “OUTROS CRÉDITOS-Diversos”, apresenta a seguinte composição em R\$ Mil:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
1. Total das Diferenças Temporárias	3.024.418	3.000.354	3.024.418	3.000.354
2. Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	-	-	-
3. Base de cálculo total (item 1 + item 2)	3.024.418	3.000.354	3.024.418	3.000.354
4. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias+Prejuízo Fiscal e Base Negativa	756.104	750.089	453.663	450.053
5. Crédito Tributário decorrente da marcação a mercado de TVM	8.799	8.671	5.279	5.202
6. Total dos Créditos Tributários (item 4 + item 5)	764.903	758.760	458.942	455.255
7. Créditos Tributários Ativados	154.627	173.336	92.787	104.017
8 Crédito Tributário Ativado decorrente da marcação a mercado de TVM	8.799	8.671	5.279	5.202
9. Total de Créditos Tributários Ativados (item 7+ item 8)	163.426	182.007	98.066	109.219
10. Créditos Tributários Não Ativados (item 6 - item 9) ⁽¹⁾	601.477	576.753	360.876	346.036

(1) Não ativados por não atender aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN Nº 3.355, de 31.03.2006.

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários na posição de 30.09.2011 estão a seguir demonstrados, em R\$ Mil:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2011	20.401	19.863	12.244	11.921	32.645	31.784
2012	24.614	21.682	14.769	13.009	39.383	34.691
2013	11.319	8.995	6.791	5.397	18.110	14.392
2014	11.041	7.962	6.625	4.777	17.666	12.739
2015	61.800	40.598	37.080	24.359	98.880	64.957
2016	25.452	15.230	15.278	9.142	40.730	24.372
TOTAL	154.627	114.330	92.787	68.605	247.414	182.935

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários apurados pelo valor presente de realização, na forma da Circular BACEN Nº 3.068, de 08.11.2001, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos, conforme demonstrado abaixo, em R\$ Mil:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2011	7.577	7.577	4.547	4.547	12.124	12.124
2012	-	-	-	-	-	-
2013	1	1	-	-	1	1
2014	503	503	302	302	805	805
2015	293	293	176	176	469	469
2016 a 2018	4	4	2	2	6	6
2019 a 2021	5	5	3	3	8	8
2022 a 2024	2	2	1	1	3	3
2027 a 2029	414	414	248	248	662	662
2050 a 2052	-	-	-	-	-	-
TOTAL	8.799	8.799	5.279	5.279	14.078	14.078

Notas Explicativas**c) Despesas Tributárias**

Especificação	01.07.2011 à 30.09.2011	01.01.2011 à 30.09.2011	01.07.2010 à 30.09.2010	01.01.2010 à 30.09.2010
Contribuição ao Cofins e PIS/PASEP	(41.459)	(126.542)	(37.438)	(110.836)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(3.660)	(10.499)	(3.951)	(10.714)
Outros Valores	(676)	(1.127)	(605)	(956)
TOTAL	(45.795)	(138.168)	(41.994)	(122.506)

NOTA 22 – Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

- a) O Banco do Nordeste é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. Para a constituição de provisão e de contingência passiva, adota-se o critério de classificação das contingências conforme Resolução CMN N° 3.823, de 16.12.2009 e Carta-Circular BACEN N° 3.429, de 11.02.2010.
- b) A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela Área Jurídica do Banco, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota. Esta classificação é realizada com base na análise dos seguintes fatores: i) razoabilidade da fundamentação fática e jurídica da parte adversa; ii) argumentação e fundamentação jurídica desenvolvida pelo Banco do Nordeste; iii) antecedentes de perdas do Banco do Nordeste para casos similares; iv) entendimentos dos Tribunais Superiores e dos órgãos de fiscalização acerca do assunto em litígio; v) decisões ocorridas no próprio processo (decisão, sentença, concessão de liminar, antecipação de tutela, mandado de pagamento ou penhora etc); e vi) existência de falhas operacionais na condução do processo judicial ou administrativo.
- c) As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados pelas Delegacias Regionais do Trabalho), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Levando em consideração que os procedimentos adotados pelo Banco do Nordeste guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos.
- d) O Banco constituiu provisão integral sobre o valor estimado de perda nas demandas classificadas como provável, bem como nas enquadradas como Obrigação Legal nos termos da Carta-Circular BACEN N° 3.429, de 11.02.2010, independente da avaliação de probabilidade de perda financeira feita pelo advogado, não cabendo provisão para as enquadradas como possível e remota, conforme quadro comparativo das posições 30.09.2011 e 31.12.2010, a seguir demonstrado:

Especificação	30.09.2011			31.12.2010		
	Valor da Base	Provisão	Quantidade de ações	Valor da Base	Provisão	Quantidade de ações
1.PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS (Nota 16.d)						
1.1 Impostos e Contribuições - Obrigação Legal	80.371	80.371	1	74.847	74.847	1
1.2 Causas Fiscais	813.453	29.033	207	554.803	26.678	179
1.2.1 Obrigação Legal	974	974	9	551	551	7
1.2.2 Outras Obrigações-Diversas	812.479	28.059	198	554.252	26.127	172
Provável	28.059	28.059	-	26.127	26.127	-
Possível	583.314	-	-	363.126	-	-
Remota	201.106	-	-	164.999	-	-
2 .PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES (Nota 16.h)						
2.1 Causas Trabalhistas	251.274	174.964	794	226.032	161.863	802
Provável	174.964	174.964	-	161.863	161.863	-
Possível	32.669	-	-	25.716	-	-
Remota	43.641	-	-	38.453	-	-
2.2 Causas Cíveis	2.427.560	104.683	4.916	1.834.025	92.970	4.590
Provável	104.683	104.683	-	92.970	92.970	-

Notas Explicativas

Possível	453.682	-	-	350.839	-	-
Remota ⁽¹⁾	1.869.195	-	-	1.390.216	-	-
2.3 Outras Causas	752	171	43	3.947	65	65
Provável	171	171	-	65	65	-
Possível	580	-	-	1.770	-	-
Remota	1	-	-	2.112	-	-

⁽¹⁾A variação do volume de causas cíveis classificadas com risco remoto decorreu, principalmente, em função do enquadramento como contingências passivas dos seguintes processos: a) Pagamento de contribuição extra, referente a benefícios de previdência complementar - R\$ 70.966 mil; b) Indenização por danos morais e pagamento de multa - R\$ 79.996 mil; c) Repetição de indébito R\$ 64.684 mil; e d) Indenização por danos morais, lucros cessantes e repetição de indébito - R\$ 69.822 mil.

e) Demonstramos a seguir a movimentação das seguintes provisões em R\$ Mil:

Especificação	30.09.2011	31.12.2010
a) Impostos e Contribuições (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	74.847	71.343
Constituição	6.445	4.149
Reversão/Utilização/Baixa	(921)	(645)
Saldo Final	80.371	74.847
b) Causas Fiscais (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	551	-
Constituição	423	551
Reversão/Utilização/Baixa	-	-
Saldo Final	974	551
c) Causas Fiscais (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	26.127	23.824
Constituição	3.728	2.987
Reversão/Utilização/Baixa	(1.796)	(684)
Saldo Final	28.059	26.127
d) Causas Trabalhistas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo inicial	161.863	150.741
Constituição	24.102	44.785
Reversão/Utilização/Baixa	(11.001)	(33.663)
Saldo Final	174.964	161.863
e) Causas Cíveis (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	92.970	95.338
Constituição	19.119	38.025
Reversão/Utilização/Baixa	(7.406)	(40.393)
Saldo Final	104.683	92.970
f) Outras Causas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	65	567
Constituição	128	12
Reversão/Utilização/Baixa	22	(514)
Saldo Final	171	65
g) Férias		
Saldo Inicial	40.908	39.346
Constituição	86.626	67.870
Reversão/Utilização/Baixa	(72.178)	(54.398)
Saldo Final	55.356	52.818
h) FNE		
Saldo Inicial	1.177.757	956.261
Constituição	258.944	409.232
Reversão/Utilização/Baixa	(159.457)	(187.736)
Saldo Final	1.277.244	1.177.757
i) FDNE		
Saldo Inicial	277	37
Constituição	1.303	240
Reversão/Utilização/Baixa	-	-
Saldo Final	1.580	277

- f) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedade de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de execução de operações de crédito, cuja avaliação da contingência passiva e passivo contingente é realizada, pela Área Jurídica, na forma do item “b”, retromencionado.
- g) Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta-Circular BACEN Nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados no item “d”, subitens 1.1 e 1.2.1 têm, respectivamente, como objeto de discussão os tributos IRPJ ano-base 1999 e ISSQN.
- h) A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o BANCO é parte, classificados como risco de perda possível:
 Ação na esfera fiscal que visa desconstituir auto de infração relativo ao ISSQN incidente sobre rendas de prestação de serviços. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 30.09.2011, R\$ 260.472 mil. Na posição de 31.12.2010, não havia estimativa de perda financeira atrelada ao processo, tendo em vista que a autuação fiscal ocorreu durante o mês de janeiro de 2011.

Notas Explicativas

Duas ações na esfera fiscal que visam desconstituir autos de infração relativos ao ISSQN incidentes sobre rendas de prestação de serviços. As estimativas de perdas financeiras de riscos possíveis, na data-base de 30.09.2011, perfazem respectivamente, R\$ 151.395 mil e R\$ 102.672 mil. Na posição de 31.12.2010, representavam, respectivamente, R\$ 131.730 mil e R\$ 85.032 mil, ambas com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa indenização por danos materiais, morais e lucros cessantes sob a alegação de que o Banco não assumiu as responsabilidades pactuadas no Acordo de Cooperação Técnica e Financeira, e muito menos no Termo de Parceria firmado, bem como de negativa na concessão de financiamento para atividade da estruturacultura. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 30.09.2011, R\$ 21.670 mil. Na posição de 31.12.2010, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 18.921 mil com nível de risco remoto.

Ação na esfera cível que visa lucros cessantes e pagamento de taxa de administração sob a alegação de prejuízos sofridos ante a suspensão dos repasses de financiamento contratados para a construção de um estabelecimento comercial. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 30.09.2011, R\$ 79.808 mil. Na posição de 31.12.2010, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 17.612 mil, com nível de risco remoto, valor este, estipulado na petição inicial.

Ação na esfera cível que visa repetição de indébito sob a alegação de cobrança e retenções indevidas. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 30.09.2011, R\$ 31.090 mil. Na posição de 31.12.2010, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 27.147 mil com nível de risco possível.

- i) Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos, constituídos para as contingências passivas prováveis, possíveis e/ou remotas, conforme quadro abaixo em R\$ mil:

Especificação	30.09.2011	31.12.2010
Demandas Trabalhistas	405.830	162.830
Demandas Fiscais	290.762	169.532
Demandas Cíveis	34.446	16.878
Demandas Outras	235	-
Total	731.273	349.240

NOTA 23 – Remuneração Paga a Funcionários e Administradores

Em 30.09.2011, os valores da remuneração mensal paga pelo Banco a seus funcionários são os seguintes em R\$ 1,00:

Remuneração Bruta ⁽¹⁾	Funcionários ⁽¹⁾
Máxima	24.275,20
Mínima	870,29
Média	6.363,48

⁽¹⁾ Inclui remuneração de horas-extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

Os valores da remuneração paga, no período de 01.01.2011 a 30.09.2011, pelo Banco aos Diretores, Conselho de Administração e Conselho Fiscal são os seguintes em R\$ 1,00:

Especificação	30.09.2011	30.09.2010
Remuneração Bruta ⁽²⁾	Diretoria	
Maior remuneração individual	331.806,21	329.978,10
Menor remuneração individual	300.012,23	225.713,68
Remuneração média individual	320.109,03	265.382,22
Número de membros ⁽¹⁾	7	7
Remuneração Bruta ⁽²⁾	Conselho de Administração	
Maior remuneração individual	23.631,20	21.297,33
Menor remuneração individual	23.631,20	20.178,26
Remuneração média individual	23.688,30	20.953,16
Número de membros ⁽¹⁾	6	6
Remuneração Bruta ⁽²⁾	Conselho Fiscal	
Maior remuneração individual	23.631,20	23.631,20
Menor remuneração individual	23.631,20	23.631,20
Remuneração média individual	23.570,99	23.570,99
Número de membros ⁽¹⁾	5	5

⁽¹⁾ O número de membros corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

Notas Explicativas

⁽²⁾ Valores aprovados pela 58ª reunião da Assembléia Geral Ordinária e 88ª reunião da Assembléia Geral Extraordinária do Banco do Nordeste, realizadas cumulativamente em 01.04.2011.

Em 30.09.2011, o número de funcionários do Banco do Nordeste totalizava 6.083 (5.993 em 31.12.2010), registrando-se, um acréscimo de 1,50% no quadro de pessoal do Banco.

NOTA 24– Benefícios a Empregados

Na forma preconizada pela Deliberação CVM Nº 600, de 07.10.2009, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 – Benefícios a Empregados são apresentadas a seguir as informações sobre a política de benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados pelo Banco do Nordeste no reconhecimento de suas obrigações:

a) O Banco do Nordeste não mantém:

- Benefícios por desligamento;
- Outros Benefícios de longo prazo;
- Remuneração em ações e títulos equivalentes à participação patrimonial.

b) Política contábil de reconhecimento de ganhos e perdas

A política adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, a partir de dezembro de 2010, segue a prerrogativa contida no item 93 do Anexo da Deliberação CVM Nº 600, ou seja, é reconhecida imediatamente, como receita ou despesa. A política anteriormente adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais seguia o disposto nos itens 52 a 55 do Anexo da Deliberação CVM Nº 371, ou seja, reconhecia a parcela dos ganhos ou perdas atuariais que excedia o maior valor entre: 10% do valor presente da obrigação atuarial do benefício definido e 10% do valor justo dos ativos do plano.

c) Descrição geral das características dos Planos de Benefícios

c.1) Planos de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil

O Banco é patrocinador de dois planos de benefícios, administrados pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF, entidade fechada de previdência complementar, que propiciam aos funcionários participantes, bem como aos seus beneficiários, o pagamento de benefícios suplementares aos da Previdência Social.

O plano de Benefícios Definidos (BD) encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999. O plano de Contribuição Variável (CV I), autorizado a funcionar pela Portaria MPS/PREVIC/DETEC Nº 189, de 25.03.2010. Iniciou suas operações em 19.05.2010, com o recebimento das primeiras contribuições. Referidos planos ofertam aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

c.1.1) Regime Atuarial

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O plano CV I conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido, sendo classificado, na forma da Deliberação CVM Nº 600, na modalidade de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

c.1.2) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.09.2011, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos BD e CV I, nem práticas informais que dêem origem a obrigações construtivas incluídas na mensuração da obrigação de benefício definido dos planos.

c.1.3) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco do Nordeste atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional Nº 20, de 15.12.1998, registrando, em 30.09.2011, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2010, 1:1).

c.1.4) Evolução da Situação Atuarial

O resultado atuarial do plano BD, na posição de 30.09.2011, apresenta-se superavitário em R\$ 16.936 mil (superávit de R\$ 6.311 mil em 31.12.2010) em decorrência de dispêndios referentes às variações nas obrigações do plano, do impacto dos investimentos, assim como variações nas contingências. Merece destaque o aumento de R\$ 123.088 mil nas obrigações do plano de benefícios, em dezembro/2010, em face da revisão em seu plano de custeio, que implicou na redução da taxa máxima de contribuição dos participantes assistidos de 23% para 21,25%, a partir de 01.01.2011.

A situação atuarial do plano CV I, na posição de 30.09.2011, é equilibrada, visto que todas as obrigações atuariais existentes, que totalizam R\$ 47.028 mil, possuem características de contribuição definida.

c.2) Plano de Assistência Médica

O Banco do Nordeste é patrocinador do Plano de Saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAMED, cujo objetivo principal é prestar assistência médica

Notas Explicativas

aos seus associados e dependentes inscritos no Plano Natural, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

c.2.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.09.2011, obrigações vencidas e dívidas de contribuições em relação a esse plano, nem práticas informais que dêem origem a obrigações construtivas incluídas na mensuração da obrigação de benefício definido do plano.

c.2.2) Contribuições

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, por taxa de serviço de urgência e emergência, pela co-participação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade das patrocinadoras.

NOTA 25 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

- a) O patrimônio do FNE no montante de R\$ 36.594.300 mil (R\$ 33.326.631 mil em 31.12.2010) está registrado em contas de compensação do Banco (Patrimônio de Fundos Públicos Administrados).
- b) O disponível do Fundo no valor de R\$ 4.149.100 mil (R\$ 3.653.134 mil em 31.12.2010), registrado no título Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento é remunerado pela taxa extramercado. A despesa com remuneração do disponível foi de R\$ 329.775 mil (R\$ 228.250 mil em 30.09.2010).
- c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:
- c.1) Nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;
- c.2) Para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se os financiamentos do Programa da Terra e das operações no âmbito do PRONAF (Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes e Estiagem), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN Nº 2.682, de 21.12.1999; e
- c.3) O risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei Nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Relações Interfinanceiras do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração Nº 616, de 26.05.2003.

A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em Passivos Contingentes do Banco é a seguinte em R\$ Mil:

Nível de Risco	Saldos	Provisão em 30.09.2011	Provisão em 31.12.2010
AA	2.908.091	-	-
A	11.323.097	28.440	25.186
B	8.724.111	43.578	35.642
C	582.597	8.682	9.232
D	472.306	23.915	17.470
E	225.822	34.552	31.192
F	241.341	60.450	72.859
G	182.071	74.773	56.646
H	1.984.400	1.002.854	929.530
TOTAL	26.643.836	1.277.244	1.177.757

- d) Para as operações contratadas até 30.11.1998, o “del credere” do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o “del credere” é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no Art. 9º- A da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei Nº 11.775, de 17.09.2008, o “del credere” é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial Nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de “del credere” foi de R\$ 606.676 mil (R\$ 502.020 mil em 30.09.2010).
- e) A taxa de administração de 3% a.a. é calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de contrato de repasse com o Banco, dos saldos dos repasses a outras instituições com risco integral do Banco e dos saldos das aplicações no âmbito do PRONAF (Grupos B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes e Estiagem), ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional. A taxa de administração importou em R\$ 734.093 mil (R\$ 585.670 mil em 30.09.2010).

NOTA 26 - Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT

O Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT é um fundo especial, de natureza contábil-financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo em R\$ Mil:

Especificação	TADE	30.09.2011	31.12.2010
Programa Especial de Combate a Efeitos da Estiagem	16/2006	2.345	3.671

Notas Explicativas

PROGER-URBANO -Investimento	17/2006	17.935	14.305
FAT – Infraestrutura	18/2006	261.352	51.452
PRONAF - Investimento	19/2006	1.405	2.301
PROGER-RURAL - Custeio	20/2006	1.693	1.703
PRONAF - Custeio	01/2007	3.065	4.889
PROGER-RURAL - Investimento	02/2007	19.052	24.367
PROTRABALHO - Investimento	04/2007	147.882	151.082
PNMPO-Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	45.097	-
TOTAL		499.826	253.770

As obrigações contraídas junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, registradas em Depósitos Especiais com Remuneração, da ordem de R\$ 571.563 mil (R\$ 686.792 mil em 31.12.2010), têm custo de captação com base na taxa SELIC enquanto não aplicadas em operações de crédito e com base na TJLP após a liberação para os mutuários finais. Os recursos disponíveis, remunerados com base na taxa SELIC, totalizam R\$ 40.942 mil (R\$ 370.420 mil, em 31.12.2010).

A partir da edição da Resolução do Conselho Deliberativo do FAT - CODEFAT Nº 439, de 02.06.2005, estes recursos passaram a ser reembolsados ao FAT, mensalmente, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada TADE (Termo de Alocação de Depósitos Especiais do FAT), acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- A partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos.

Valores em R\$ Mil:

Especificação	Resolução TADE	Devolução de Recursos do FAT			30.09.2011		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração SELIC	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Programa Especial de Combate a efeitos da Estiagem	16/2006	RA	2.021	8	73	10.315	10.389
PROGER – URBANO- Investimento	17/2006	RA	20.688	796	8.415	62.192	70.607
FAT – Infraestrutura	18/2006	RA	112.164	10.696	28.430	245.987	274.416
PRONAF- Investimento	19/2006	RA	302	10	43	666	709
PRONAF- Custeio	01/2007	RA	109	3	11	142	153
PROTRABALHO Investimento	04/2007	RA	33.194	172	1.664	168.968	170.632
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	5.696	946	2.306	42.351	44.657
TOTAL			174.174	12.631	40.942	530.621	571.563

Valores em R\$ Mil:

Especificação	Resolução TADE	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2010		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração SELIC	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Programa Especial de Combate a efeitos da Estiagem	16/2006	RA	3.169	17	155	11.776	11.931
PROGER – URBANO Investimento	17/2006	RA	20.950	460	18.200	60.448	78.648
FAT – Infraestrutura	18/2006	RA	8.389	627	328.476	50.731	379.207
PRONAF Investimento	19/2006	RA	296	9	200	782	982
PROGER – RURAL Custeio	20/2006	RA	496	7	-	-	-
PRONAF Custeio	01/2007	RA	92	3	73	182	255
PROGER RURAL Investimento	02/2007	RA	3.186	31	-	-	-
PROTRABALHO Investimento	04/2007	RA	52.103	985	3.535	192.453	195.988
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	402	121	19.781	-	19.781
TOTAL			89.083	2.260	370.420	316.372	686.792

(1) RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo) e SD – Saldo Disponível menos depósitos efetuados nos últimos 3 meses e reembolsos nos últimos 2 meses;

(2) Recursos remunerados pela Taxa SELIC;

(3) Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP); e

(4) Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

NOTA 27 – Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

a) Gestão de Riscos e Capital

Introdução e Visão Geral

O Banco está exposto aos seguintes riscos provenientes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;

Notas Explicativas

- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

Estrutura de Gerenciamento de Risco

A Diretoria colegiada é responsável pela aprovação das políticas de riscos e consequente submissão ao Conselho de Administração. A Diretoria de Controle e Risco coordena a implementação das políticas de riscos e monitora o desempenho das áreas gestoras de riscos.

O Comitê corporativo de gestão de riscos aprecia e delibera sobre matérias de gestão de riscos encaminhadas às instâncias superiores, bem como aquelas a serem implementadas pelas instâncias inferiores.

Área específica coordena a gestão operacional dos riscos e gerencia em nível corporativo os riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional;

Política de Gestão de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional.

a.1) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte das obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O risco de crédito compreende:

- O risco de crédito da contraparte, inclusive no tocante a obrigações envolvendo instrumentos financeiros derivativos;
- O risco de decisões do governo do país onde se localiza o tomador ou contraparte e de entraves na conversão cambial dos valores recebidos;
- O risco de desembolso para honrar avais, fiança, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações semelhantes; e
- O risco de não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito.

Exposições por Setor Econômico	Exposição	
	30.09.2011	31.12.2010
OPERAÇÕES DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E COBRIGAÇÕES	26.990.282	25.403.408
Público	1.577.947	1.552.553
Privado	25.412.335	23.850.855
Comércio	2.760.617	2.038.548
Comércio Exterior	742.955	522.239
Habitação	242	242
Indústria	6.141.081	4.183.965
Infraestrutura	4.262.152	3.404.530
Intermediários Financeiros	318.115	692.004
Microfinança Urbana	919.723	762.969
Pessoas Físicas	201.056	172.320
Rural	5.945.895	6.327.219
Outros Serviços	4.120.499	5.746.819
OPERAÇÕES DE MERCADO	13.988.937	13.130.399
Títulos Públicos Federais	11.996.645	10.611.256
Operações Compromissadas	4.110.624	4.327.417
Outras	7.886.021	6.283.839
Depósitos Interfinanceiros	315.949	407.114
Outros Títulos e Valores Mobiliários	882.640	1.022.417
Outras Operações	793.703	1.089.612
DEMAIS ATIVOS	1.946.947	1520.759
Valor Total das Exposições	42.926.166	40.054.566

a.2) Gerenciamento de Risco de Crédito

Constituem-se diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito:

1) Limites de Risco

Todas as operações de crédito são amparadas por limites de risco. Em regras gerais, esses limites são deferidos mediante decisão por comitês, desde os de agência até a Diretoria, com base em modelos específicos para clientes dos setores rural, industrial, comercial e serviços.

2) Avaliação de Risco

Notas Explicativas

Os limites de risco são precedidos de avaliação de risco, elaborada em modelos concebidos de acordo com as características do cliente e operação, a saber: i) clientes de pequeno porte, em termos de valor das responsabilidades no Banco, a maioria constituída de mini-produtores rurais e micro-empresendedores urbanos – a análise de risco é circunscrita ao exame cadastral do cliente e ao enquadramento da operação nos normativos de cada programa de financiamento, cujas condições visam atender seletivamente aos tomadores de crédito; ii) clientes de médio porte, em termos de valor das responsabilidades no Banco – aplicação de modelos especialistas de avaliação de risco, de acordo com as atividades dos clientes, mediante a seleção de alternativas padronizadas para os fatores de risco analisados; e iii) clientes de grande porte, em termos de valor das responsabilidades no Banco, incluindo os titulares de operações estruturadas – aplicação de modelo fundamentalista de avaliação de risco, feita mediante exame individual e detalhado para cada aspecto de risco, com fulcro nas constatações, dados e argumentos de análise, inclusive com a aplicação de critérios para aceitação de garantias diferenciadas, permitindo a análise do crédito em condições especiais, considerando a singularidade e complexidade dos projetos e operações desse porte.

3) Classificação de Risco

Todas as operações de crédito são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com suas características, valor, prazo, garantias e situação.

O gerenciamento do risco de crédito envolve um fluxo constante de informações que permitem a identificação, mensuração, controle e mitigação de risco, de forma a assegurar que o Banco mantenha exposição a risco de crédito em parâmetros aceitáveis. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e indicadores de desempenho por macrossetores.

4) Avaliação dos Ativos por Carteira

A avaliação por carteiras permite ao Banco identificar, em seu portfólio de produtos e clientes, as concentrações de risco, visando adotar procedimentos preventivos e corretivos quanto à administração dos riscos globais da Instituição.

5) Garantias

A política para constituição de garantias para as operações de crédito estabelece parâmetros de escolha de garantias e de sua avaliação. Em função da qualidade da garantia e de sua suficiência, à luz da avaliação de risco do cliente, a classificação global de risco, envolvendo o cliente e sua operação, poderá receber reavaliações para um maior ou menor nível de risco.

6) Processo de Decisão

Qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral, pela Diretoria ou pelo Conselho de Administração.

a.3) Valor das Garantias Recebidas

As garantias para operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade e suficiência à luz da avaliação de risco do cliente, a classificação global de risco, envolvendo o cliente e sua operação. As operações acima de R\$ 5.000 mil, analisadas individualmente, importam em R\$ 6.801.759 mil na posição de 30.09.2011 (R\$ 6.130.588 mil em 31.12.2010). Para essas operações, foram recebidas garantias reais equivalentes a R\$ 2.413.581 mil em 30.09.2011 (R\$ 2.365.960 mil em 31.12.2010). Essas garantias são avaliadas pelo menos uma vez a cada dois anos ou em periodicidade menor, desde que haja fatos relevantes que envolvam o cliente ou a operação. A tabela a seguir demonstra o valor dessas garantias reais, por tipo, nas posições de 30.09.2011 e 31.12.2010, em R\$ Mil:

Garantias	30.09.2011	31.12.2010
Alienação Fiduciária de Bens Móveis	646.840	547.196
Hipoteca	781.067	708.974
Penhor	985.674	1.109.790
Total	2.413.581	2.365.960

b) Risco de Liquidez

b.1) Gerenciamento do Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição.

Notas Explicativas

O monitoramento da liquidez é realizado diariamente, observando-se os limites estabelecidos na política de gestão dos riscos de mercado e de liquidez aprovada pela administração. Para tanto, são efetuadas projeções de liquidez para o período de 90 dias, considerando-se cenário conservador.

Para gerir o risco de liquidez, o Banco utiliza as metodologias abaixo, que são revistas e reavaliadas periodicamente:

- Saldos globais de ativos e passivos, apontando eventuais descasamentos por indexadores e por prazos;
- “GAP” medindo eventuais descasamentos entre ativos e passivos no tocante a prazos, mostrando as previsões de fluxo de caixa do Banco;
- Acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de liquidez;
- Fluxo de caixa; e
- Mapa de descasamento cambial.

As informações relativas aos riscos de liquidez são comunicadas à administração por meio de relatórios diários, consolidados anualmente.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez inclui o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. Tal índice tem caráter conservador, pois desconsidera todos os fluxos de reembolsos. As disponibilidades que integram a base de cálculo do índice de liquidez são compostas por reservas bancárias, depósitos interfinanceiros, operações compromissadas e carteira própria de títulos.

A tabela abaixo demonstra o índice de liquidez nos anos de 2011 e de 2010:

Especificação	2011 (%)	2010 (%)
Em 30 de setembro	199,63%	227,80%
Média dos últimos 12 meses	229,81%	242,46%
Máximo dos últimos 12 meses	321,96%	312,57%
Mínimo dos últimos 12 meses	175,15%	192,29%

Os quadros a seguir evidenciam os vencimentos de captações, considerados os fluxos de pagamentos futuros projetados com as respectivas taxas contratuais, nas posições de 30.09.2011 e 31.12.2010, em R\$ Mil:

Especificação	30.09.2011				
	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos a Prazo	195.805	29.017	1.349.480	3.008.700	3.563.516
Depósitos Interfinanceiros	185.201	237.173	246.775	3.704	-
Operações Compromissadas	624.087	-	-	140.905	62.475
Total	1.005.093	266.190	1.596.255	3.153.309	3.625.991
Recursos Disponíveis	2.954.779				

Especificação	31.12.2010				
	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos Interfinanceiros	144.831	53.968	479.505	16.367	-
Depósitos a Prazo	48.489	384.187	589.673	4.214.105	3.189.624
Operações Compromissadas	461.206	-	44.311	37.450	-
Total	654.526	438.155	1.113.489	4.267.922	3.189.624
Recursos Disponíveis	3.869.495				

b.2) Plano de Contingência de Liquidez

O Plano de Contingência de Liquidez descreve as orientações a serem observadas pelas áreas correspondentes na ocorrência de crise de liquidez. Entende-se como crise de liquidez ocorrências e ameaças, imediatas ou futuras, de desequilíbrio na capacidade de pagamento do Banco e que não possam ser corrigidas com medidas usuais de gestão dos recursos de tesouraria.

Caracteriza situação de crise de liquidez:

Notas Explicativas

1) A insuficiência de disponibilidades para honrar os compromissos previstos para 90 dias, independentemente do fluxo de recebimentos nesse período; ou

2) A identificação, de forma antecipada, a partir do acompanhamento do fluxo de caixa da instituição, de que o Banco não reúna disponibilidades suficientes para honrar suas obrigações em qualquer instante futuro.

A responsabilidade pela identificação de crise de liquidez é de área específica de gestão de riscos. As ações operacionais para a solução de crise de liquidez seguirão as recomendações de grupo especial para gestão de crise de liquidez.

A atuação do grupo especial para gestão de crise de liquidez efetivar-se-á diante de crise de liquidez ou no caso em que projeções de cenários acusem potencial situação de não-liquidez, e a recuperação da situação de liquidez dar-se-á a partir das recomendações do colegiado.

A atuação do grupo especial para gestão de crise de liquidez ocorrerá de forma autônoma e alcançará todas as áreas operacionais e negociais que estejam relacionadas à crise de liquidez. As recomendações provenientes do grupo especial para gestão de crise de liquidez serão submetidas à apreciação da Diretoria mediante parecer fundamentado.

A estratégia de ação diante de crise de liquidez envolverá:

1) No âmbito externo:

- Realização de operações e de renegociações de operações com instituições financeiras com as quais o Banco mantenha relacionamento no mercado interbancário;
- Realização de operações com a autoridade monetária;
- Renegociação de condições operacionais com clientes com os quais o Banco mantenha operações ativas e passivas; e
- Outras estratégias voltadas para a solução de crise de liquidez.

2) No âmbito interno:

- Descontinuidade, modificação ou suspensão da comercialização de produtos;
- Suspensão de concessão de limites operacionais;
- Renegociação de operações ativas e passivas, podendo envolver a antecipação de recebimentos e o alongamento de prazos de operações passivas;
- Renegociação de contratos com fornecedores; e
- Outras estratégias voltadas para a solução de crise de liquidez.

Os procedimentos para solução de crise de liquidez envolvem, mas não se limitam a estes:

- Elevação da taxa de captação de recursos;
- Captação de recursos em novos mercados;
- Redução ou a suspensão de realização de operações ativas;
- Transferência de carteira de crédito;
- Postergação ou a suspensão da liberação de recursos para operações contratadas;
- Renegociação de passivos existentes;
- Venda de ativos; e
- Realização de operações com a autoridade monetária.

Não é exigida ordem de preferência para a adoção dos procedimentos acima, cabendo ao grupo especial para gestão de crise de liquidez estabelecer os critérios, a forma e a sequência cronológica para a implementação das recomendações à luz da situação factual, dos seus efeitos e do tempo requerido para a obtenção dos resultados necessários.

c) Risco de Mercado

c.1) Gerenciamento do Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação dos custos do passivo resultante de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de commodities.

Na gestão dos riscos de mercado, o Banco leva em consideração múltiplos cenários, utilizando-se das seguintes metodologias:

- 1) “VaR” (value at risk);
- 2) “Duration” de ativos e passivos;
- 3) Teste de estresse;
- 4) “GAP” medindo eventuais descasamentos entre ativos e passivos no tocante a prazos, mostrando as previsões de fluxo de caixa;
- 5) Saldos globais de ativos e passivos, apontando eventuais descasamentos por indexadores;

Notas Explicativas

- 6) Acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado; e
7) Mapa de descasamento cambial.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, mensais, trimestrais e anuais, destinados à administração e aos órgãos controladores. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e de não negociação, níveis de exposição cambial, níveis e índices de liquidez, e acompanhamento dos limites das operações realizadas com outras instituições financeiras.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none"> Carteira de negociação: 1% do valor da carteira Carteira de não-negociação: 5% do valor da carteira 	Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, a área de gestão de riscos emite alerta para área específica de realização das operações financeiras.

c.2) Carteiras de Negociação e Não-Negociação

Para efeito da gestão dos riscos de mercado, as operações são classificadas em duas carteiras:

1) Carteira de negociação (trading book): constituída com operações realizadas com intenção de negociação ou destinadas a hedge da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas as condições normais de mercado, e que não contenham cláusula de inegociabilidade. A composição da carteira de negociação é acompanhada diariamente pela área de gestão de riscos, utilizando-se o valor marcado a mercado das operações.

Para acompanhamento e controle dos riscos da Carteira de Negociação, adota-se o monitoramento da exposição a risco através do cálculo do VaR Paramétrico, que mensura a perda máxima esperada de uma carteira dentro de um intervalo de tempo, levando-se em conta o nível de confiança de 99%. O Value at Risk (VaR) das operações prefixadas da Carteira de Negociação do Banco, na posição de 30.09.2011, ficou quantificado em R\$ 357 mil, ante o saldo líquido (ativo menos passivo) de R\$ 1.939.026 mil de composição desta carteira.

Na data-base de 30.09.2011, o VaR representou apenas 0,018% do valor líquido da Carteira de Negociação, bem abaixo do limite de 1% estabelecido pela Política Corporativa de Gestão de Risco do Banco.

A reduzida exposição ao risco de mercado desta carteira deve-se ao fato de que as operações prefixadas correspondentes, na sua maioria, têm um prazo de um dia e são lastreadas em títulos públicos federais.

2) Carteira de não-negociação (banking book): formada por operações não classificadas na Carteira de Negociação, expostas aos riscos de mercado. A mensuração e avaliação do risco de taxas de juros da carteira de não-negociação, relacionado à taxa de juros da economia, aos cupons cambiais, de taxas de juros e de índices de preços obedecem aos pressupostos estabelecidos pelo Banco Central, utilizando-se metodologias de amplo conhecimento e emprego por parte das instituições financeiras, baseadas nos seguintes parâmetros e hipóteses:

- VaR paramétrico;
- Distribuição normal;
- Parâmetro estatístico:
- Desvio-padrão dos retornos;
- Prazo de liquidação da carteira: 10 dias;
- Período de observação do histórico de taxas: 1 ano;
- 12 vértices e suas respectivas correlações;e
- Nível de confiança de 99%.

O cálculo do VaR é feito com a utilização de informações disponibilizadas pela BMF&BOVESPA, relativamente às taxas praticadas pelo mercado financeiro para cada fator de risco.

c.2.1) Indicadores de Risco de Mercado

Apresenta-se, a seguir, um resumo dos indicadores de risco de mercado, em valores marcados a mercado em R\$ Mil:

Notas Explicativas

Especificação	30.09.2011	De 01.10.2010 a 30.09.2011		
		Médio	Máximo	Mínimo
Exposição Cambial Marcada a Mercado	40.272	39.968	110.463	1.567
Risco de Taxas de Juros da Carteira de Negociação (PJUR1)	397	660	2.035	195
Risco de variação de preços de commodities (PCOM)	398	7.973	30.543	374
Risco de Taxas de Juros da Carteira de Não-Negociação (RBAN)	68.867	54.464	77.073	40.848
Especificação	30.09.2010	De 01.10.2009 a 30.09.2010		
		Médio	Máximo	Mínimo
Exposição Cambial Marcada a Mercado	49.486	49.539	90.299	10.508
Risco de Taxas de Juros da Carteira de Negociação (PJUR1)	455	857	1.863	179
Risco de variação de preços de commodities (PCOM)	20.007	20.826	31.082	18.374
Risco de Taxas de Juros da Carteira de Não-Negociação (RBAN)	81.296	37.822	81.296	16.048

c.2.2. Teste de estresse

O teste de estresse, ferramenta de análise de cenários extremos, permite antever potenciais ganhos ou perdas em carteira de operações, diante da variação das taxas de juros, câmbio ou índices de preços, que poderão vir a ser praticadas no mercado em situações extremas.

O quadro abaixo demonstra os resultados dos testes de estresses da carteira de não-negociação (CnN) para a posição de 30.09.2011, considerando-se os fatores que contribuem individualmente com mais de 5% da carteira, nos termos dos incisos III e IV do artigo 2º da Circular do BACEN Nº 3.365, de 12.09.2007.

A base de operações utilizada contém valores marcados a mercado e é classificada por fatores de riscos.

Para estresse das variações de taxa de juros sobre operações prefixadas, o choque é aplicado na taxa de DIxPré e nas demais operações o choque é aplicado sobre o respectivo cupom gerando um novo valor marcado a mercado.

O teste de estresse consistiu em se estimar a quantidade de pontos percentuais de choques paralelos de taxas necessários para acarretar variações do valor de mercado das operações que impliquem reduções correspondentes a 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido de Referência (PR), utilizando choque sobre as taxas que compõem as ETTJs (Estruturas a Termo de Taxas de Juros). Os resultados dos choques paralelos são apresentados, em pontos-base e pontos percentuais, no quadro a seguir:

Tipo de Risco	Fator de Risco	Choque Paralelo (taxas anuais) – Carteira de Não – Negociação					
		Perda de 5%		Perda de 10%		Perda de 20%	
		Basis Points	Pontos Percentuais	Basis Points	Pontos Percentuais	Basis Points	Pontos Percentuais
Cupom de Índice de Preços	Cupom de IGPM	230,4	2,30	525,1	5,25	1.522,2	15,22
Cupom de Taxa de Juros	Cupom de TJLP	(353,3)	(3,53)	(633,8)	(6,34)	(1.055,5)	(10,55)
Juros Prefixados	Juros Prefixados	Sem estresse		Sem estresse		Sem estresse	
		603,9	6,04	1.407,6	14,08	4.003,2	40,03

Verifica-se que os cenários de choques nas taxas de juros mensais para produzir perdas a partir de 5% do Patrimônio Líquido de Referência (PR) do Banco apresentam-se bastante improváveis. Considerando as maiores exposições em 30.09.2011, atreladas aos fatores de risco Juros Prefixados e TJLP, o choque para perdas de 5% do PR seria da ordem de 6,04 pontos percentuais na taxa anual no caso do risco de juros prefixados e negativo de (3,53) pontos percentuais no cupom nas operações em TJLP.

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM Nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de negociação e de não-negociação, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo em R\$ Mil:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Carteira de Negociação						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	2.068.678	2.001.662	3,24%	1.937.654	6,33%
Carteira de Não-negociação						
Cupom de Dolar	Redução do cupom de dólar	(79.906)	(91.810)	14,90%	(95.392)	19,38%
Cupom de IGP	Aumento do cupom de IGP	1.617.144	1.474.033	8,85%	1.348.600	16,61%
Cupom de IPCA	Redução do cupom de IPCA	(239.737)	(281.839)	17,56%	(331.679)	38,35%
Cupom de TJLP	Redução do cupom de TJLP	(1.685.411)	(1.759.234)	4,38%	(1.839.668)	9,15%
Cupom de TR	Redução do cupom de TR	(1.352.254)	(1.361.550)	0,69%	(1.370.166)	1,32%
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	3.602.491	3.488.525	3,16%	3.388.368	5,94%

Notas Explicativas

Para efeito dos cálculos acima, no Cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado. Para a construção dos Cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco levados em conta, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do Cenário 1 e os saldos dos Cenários 2 e 3, e estão representadas em termos percentuais da respectiva carteira.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de swap e seus respectivos objetos de hedge, apresentada nos demonstrativos abaixo, em R\$ Mil:

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Hedge	Aumento da taxa referencial BM&F DI x PRE	Swap Pré x DI	(345.208)	(335.775)	(326.953)
		Ativo Prefixado	369.341	345.477	323.912
		Exposição Líquida	24.133	9.702	(3.041)
Hedge	Aumento da taxa referencial BM&F DI x Dólar	Swap DI x Dólar	556.724	538.313	520.651
		Passivo em ME	(574.746)	(559.319)	(544.772)
		Exposição Líquida	(18.022)	(21.006)	(24.121)

Na data-base de 30.09.2011, foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes do aumento do custo de oportunidade, nas operações prefixadas, e do aumento do cupom cambial, nas operações em moeda estrangeira.

Swap Pré x DI

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de swap pré x DI consistiu em apurar os saldos das operações ativas prefixadas e de hedge (operações de swap) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de swap DI x Prefixado.

Cenário 2 – Neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de swap DI x Prefixado.

Cenário 3 – Neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de swap DI x Prefixado.

Swap DI x Dólar

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de swap DI x Dólar consistiu em apurar os saldos das operações passivas indexadas ao dólar e de hedge (operações de swap) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de swap DI x Dólar.

Cenário 2 – Neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de swap DI x Dólar.

Cenário 3 – Neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de swap DI x Dólar.

d) Risco Operacional

O risco operacional é o risco que resulta em perda, potencial, efetiva ou recuperada, decorrente de falhas ou incorreções cometidas por pessoas, ocorridas em processos, sistemas ou decorrentes de fatores externos, incluindo os relacionados às questões legais.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial manter em níveis aceitáveis as probabilidades e/ou impactos das ocorrências de perda.

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa assegurar o cumprimento da política corporativa e do planejamento estratégico em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária. A gestão se materializa através dos processos e subprocessos que fluem de forma dinâmica e contínua, conferindo-lhes, por meio de ações mitigadoras, níveis aceitáveis de exposição a risco.

O gerenciamento de risco operacional corporativo se robustece a partir de estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações e conformidades da aplicação dos controles para todos os processos e operações realizados pelo Banco, tendo como referência maior as disposições do sistema normativo institucional. Encontra-se segmentado sob duas abordagens: enfoque qualitativo e enfoque quantitativo.

Notas Explicativas

A abordagem qualitativa reúne metodologias, ferramentas de controle, ações de mitigação e relatórios gerenciais que especificam o controle dos processos conduzidos em todas as áreas institucionais e são compostas de descrição da gestão por processo e desenho de sua arquitetura – macroprocessos, processos e subprocessos – identificação do risco, controle, mitigação e plano de providências para a correção das inconformidades. Na abordagem quantitativa são utilizados modelos de mensuração, registrando-se avanços consideráveis na modelagem estocástica de mensuração dos riscos operacionais aplicado ao Banco, a fim de alocar capital para suportar perdas esperadas e perdas não esperadas.

e) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

Por meio das Resoluções N°s 3.444, de 28.02.2007 e 3.490, de 29.08.2007, e normas complementares, o CMN estabeleceu exigências adicionais para alocação de capital, incluindo novos elementos expostos a risco: o Compromisso de Crédito não Cancelável Incondicional ou Unilateralmente pela Instituição (*Commitments*); a exposição a risco em ações (PACS); a exposição a risco em ativos indexados aos preços das *commodities* (PCOM); a exposição a risco em ativos em moeda estrangeira (PCAM); a exposição ao risco operacional (POPR); e o risco de mercado de operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN). As diretrizes vigentes mantiveram, para 30.09.2011, um indicador de alocação de capital mínimo em 11%, que é a relação entre o PR de uma instituição financeira e o total de riscos assumidos em suas operações ativas, incluindo as garantias prestadas, riscos de mercado e riscos operacionais.

Em 30.09.2011, o índice de adequação de capital (Índice de Basileia) do Banco do Nordeste foi de 16,96% (13,22% em 31.12.2010), enquanto o PR foi de R\$ 4.698.607 mil (R\$ 3.248.273 mil em 31.12.2010). O Patrimônio de Referência Exigido (PRE) que representa o consolidado de todas as exposições a risco, com índice de alocação de capital de 11%, foi de R\$ 2.979.128 mil em 30.09.2011 (R\$ 2.627.409 mil em 31.12.2010).

A posição de capital regulador do Banco é apresentada abaixo:

i. Compatibilização do PR com o PRE em R\$ Mil

Especificação	30.09.2011	31.12.2010
a) Patrimônio de Referência (PR)	4.698.607	3.248.273
. Nível I	2.382.820	2.146.806
. Nível II	2.315.787	1.101.467
b) Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	2.979.128	2.627.409
. Parcela PEPR ⁽¹⁾	2.544.883	2.248.812
. Parcela PJUR	397	381
. Parcela PCOM	398	16.652
. Parcela POPR	433.450	361.564
c) Valor do RBAN	68.867	74.721
Margem (a-b-c)	1.650.612	546.143
Índice de Basileia (Circ.BACEN N° 3.477, de 28.12.2009)	17,35%	13,60%
Índice de Basileia (Incluindo Valor RBAN)	16,96%	13,22%

(1) 11% das Exposições Ponderadas pelos Fatores de Risco, conforme arts. 11 a 16 da Circular BACEN N° 3.360, de 12.09.2007.

ii. Detalhamento do PR em R\$ Mil

Especificação	30.09.2011	31.12.2010
Patrimônio de Referência (PR)	4.698.607	3.248.273
. Nível I	2.382.820	2.146.806
(+) Patrimônio Líquido	2.305.694	2.177.338
(+) Contas de Resultado Credoras	1.830.596	-
(-) Contas de Resultado Devedoras	1.744.450	-
(-) Reservas de Reavaliação	25.781	28.065
(-) Créditos Tributários Excluídos	291	291
(-) Ativo Permanente Diferido	1.885	2.177
(-) Ajuste Vr. de Mercado – TVM e Inst. Financ. Deriv.	-	-
. Nível II	2.315.787	1.101.467
(+) Reservas de Reavaliação	25.781	28.065
(+) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida Habilitados a Integrar o Nível II do PR ⁽¹⁾	1.103.168	-
(+) Instrumentos de Dívida Subordinada ⁽²⁾	1.186.838	1.101.847

Notas Explicativas

(+) Ajuste Vr. de Mercado – TVM e Inst. Financ. Deriv.	-	-
(-) Excesso de Instrumentos de Dívida Subordinada	-	28.445

(1) O contrato do instrumento híbrido de capital e dívida foi firmado com a Secretaria do Tesouro Nacional com prazo de vencimento indeterminado.

(2) Os instrumentos de dívidas subordinadas foram realizados junto ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) com prazo de vencimento indeterminado.

Em 22.12.2010, nos termos da Lei Nº 12.249, de 11.06.2010, alterada pela Medida Provisória Nº 513, de 26.11.2010, o Banco do Nordeste e a União Federal celebraram Contrato de Mútuo, classificado como Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD), no montante de R\$ 1.000.000 mil, já efetivamente integralizado. Em 21.02.2011, por intermédio do Ofício Deorf/Cofil-2011/00979, o Banco Central autorizou que o citado instrumento híbrido fosse considerado como capital de Nível II. O referido contrato não possui data de vencimento.

As informações relativas ao gerenciamento de riscos, focando questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), conforme prescreve a Circular Nº 3.477, de 28.12.2009, do Banco Central do Brasil, podem ser encontradas no portal www.bnb.gov.br no link Relação com Investidores.

NOTA 28 – Partes Relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição em R\$ Mil:

Especificação	30.09.2011	31.12.2010
Ativos		
Operações de Crédito - Refinanciamentos com o Governo Federal (Nota 9.a.1)	515.195	533.239
TOTAL	515.195	533.239

Especificação	30.09.2011	31.12.2010
Passivos		
Depósitos a Prazo - FAT (Nota 13.a.4 e Nota 26)	571.563	686.792
Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.c)	1.253.417	1.686.776
Tesouro Nacional	1.016	1.086
BNDES	1.127.575	933.260
FINAME	124.826	52.859
Outras Instituições (Nota 14.c)	-	699.571
Outras Obrigações	6.572.064	5.762.276
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE (Nota 16.e)	4.282.058	3.656.262
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 16.f)	1.103.168	1.004.166
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 16.g)	1.186.838	1.101.848
TOTAL	8.397.044	8.135.844

a.2) As principais transações com as entidades vinculadas aos funcionários, Caixa de Previdência (CAPEF) e Caixa de Assistência Médica (CAMED), apresentam a seguinte composição em R\$ Mil:

Especificação	30.09.2011	31.12.2010
Passivos		
Outras Obrigações (Nota 16.h)	922.862	925.375
CAPEF	448.194	490.630
CAMED	474.668	434.745
TOTAL	922.862	925.375

b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir em R\$ Mil:

Especificação	01.07.2011 à 30.09.2011	01.01.2011 à 30.09.2011	01.07.2010 à 30.09.2010	01.01.2010 à 30.09.2010
Benefícios de Curto Prazo	703	2.363	633	2.067
Honorários	617	1.838	580	1.678
Diretoria	533	1.570	506	1.451
Conselho de Administração	46	142	43	128
Conselho Fiscal	38	126	31	99
Outros	86	307	53	221
Participação no Lucro	-	218	-	168
TOTAL	703	2.363	633	2.067

Notas Explicativas

Especificação	01.07.2011 à 30.09.2011	01.01.2011 à 30.09.2011	01.07.2010 à 30.09.2010	01.01.2010 à 30.09.2010
Benefícios Pós-Emprego	55	146	5	18
TOTAL	55	146	5	18

O Banco não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não concede benefício pós-emprego aos administradores, com exceção àqueles que fazem parte do quadro funcional, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

O Banco não concede empréstimo a seus Diretores, membros de seu Conselho de Administração e Conselho Fiscal, pois a prática é proibida às instituições financeiras regulamentadas pelo Banco Central do Brasil.

NOTA 29 - Outras Informações

a) Garantias Prestadas

As coobrigações e riscos em garantias prestadas pelo Banco apresentam a seguinte composição em R\$ Mil:

Especificação	30.09.2011	31.12.2010
Créditos Abertos para Importação	74.726	110.589
Beneficiários de Garantias Prestadas:		
- Pessoas Físicas ou Jurídicas não Financeiras	92.219	92.919
- FNE	13.509.465	12.093.509
- Outras Entidades	42.238	40.745
Coobrigações em Cessões de Crédito	29.347	29.549

b) Seguros

Os bens móveis e imóveis do Banco e de terceiros sob sua responsabilidade estão suficientemente segurados no montante de R\$ 413.472 mil (R\$ 392.459 mil em 31.12.2010) assim distribuídos:

Especificação	30.09.2011	31.12.2010
Bens Móveis	138.836	123.783
Bens Imóveis	270.573	264.656
Bens Imóveis de Terceiros	2.863	2.863
Responsabilidade Civil (Aeronave)	1.157	1.157
TOTAL	413.429	392.459

Fortaleza, 25 de Outubro de 2011.

A Diretoria

OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

Ao
Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do
Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Fortaleza - CE

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco do Nordeste do Brasil S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das informações trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

“Deloitte” refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido “Deloitte Touche Tohmatsu Limited” e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente. Acesse www.deloitte.com/about para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

© Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 14 de novembro de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Claudio Lino Lippi

Audidores Independentes Contador

CRC 2SP 011.609/O - 8 “F” CE CRC 1SP 097.866 - TPE S/CE